



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

João Pedro Ramos

**Primeira República Brasileira (1889-1930): aspectos sociopolíticos e contestações
à ordem vigente**

Florianópolis

2024

João Pedro Ramos

**Primeira República Brasileira (1889-1930): aspectos sociopolíticos e contestações
à ordem vigente**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Marcos Alves Valente, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ramos, João Pedro

Primeira República Brasileira (1889-1930) : aspectos sociopolíticos e contestações à ordem vigente / João Pedro Ramos ; orientador, Marcos Alves Valente, 2024.

93 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Primeira República; Política dos Governadores; oligarquias; domínio político. I. Valente, Marcos Alves. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

João Pedro Ramos

Primeira República Brasileira (1889-1930): aspectos sociopolíticos e contestações à ordem vigente

Florianópolis, 27 de junho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marcos Alves Valente
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fábio Pádua dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Doutorando Rodrigo Orlando Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024.

Em memória de meu avô, Laureano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por minha vida, acima de tudo. Agradeço por ter tido a oportunidade de cursar Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina. Estendo o meu agradecimento aos meus pais, que me proporcionaram as condições para eu obter a minha educação formal. Ainda, agradeço aos professores e colegas que tive ao longo do curso.

Destaco a minha gratidão por duas pessoas. Devo agradecimentos a minha esposa, que foi paciente nos momentos de “descontentamento estudantil” que tive nos últimos semestres do curso, incluindo quando tranquei a matrícula. Também agradeço ao meu orientador, que se mostrou disposto a guiar-me apesar da minha atitude futebolística de “fominha”, querendo tudo da minha forma, negligenciando em muitos aspectos a orientação. Ele é o professor com quem mais me identifiquei ao longo desses anos. Além dos amigos que fiz, tais como Lucas Cafiero e Caio Dorigoni, ficarão marcados para sempre em minha memória os insights em aula e o contato que tive com Marcos Valente. Meu interesse intelectual pelo Brasil foi ressuscitado.

RESUMO

O Brasil pela primeira vez institucionalizou um regime republicano com a experiência que se deu nos anos de 1889 a 1930. O presente estudo recorre a uma revisão bibliográfica para descrever a trajetória da Primeira República Brasileira. Verifica-se que o regime encarnou de maneira peculiar o liberalismo pelo qual foi influenciado: foi por meio do federalismo baseado na Política dos Governadores que as elites oligárquicas puderam sustentar uma estrutura política subordinada a seus interesses políticos regionais e a seus interesses econômicos agroexportadores. Para formar um panorama do Brasil no período estudado, são descritos o arranjo político republicano, com menção ao coronelismo tal como analisado por Victor Nunes Leal, e os movimentos de contestação que contra ele se insurgiram, com destaque para o messianismo e o tenentismo.

Palavras-chave: Primeira República; oligarquias; domínio político.

ABSTRACT

Brazil institutionalized a republican regime for the first time with the experience that took place from 1889 to 1930. This study uses a literature review to describe the trajectory of the First Brazilian Republic. It is observed that the regime embodied liberalism in a peculiar way: it was through federalism based on the Policy of Governors that the oligarchic elites were able to sustain a political structure subordinated to their regional political interests and their agro-export economic interests. To form an overview of Brazil during the studied period, the republican political arrangement is described, with mention of coronelismo as analyzed by Victor Nunes Leal, and the protest movements that arose against it, with emphasis on messianism and tenentismo.

Keywords: First Republic; oligarchies; political dominance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRB	Banco da República do Brasil
MG	Minas Gerais
PRMG	Partido Republicano de Minas Gerais
PRP	Partido Republicano Paulista
ONU	Organização das Nações Unidas
RJ	Rio de Janeiro
SP	São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	12
2	METODOLOGIA	14
3	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1	TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS.....	15
3.2	REPUBLICANISMO E LIBERALISMO.....	16
3.3	O DECLÍNIO DO IMPÉRIO.....	21
3.4	POLÍTICA DOS GOVERNADORES.....	22
3.5	TENENTISMO.....	25
4	UM TEMPO DE TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS	28
4.1	A PAZ E AS MUDANÇAS.....	28
4.2	O OURO.....	30
5	O CAMINHO PARA A REPÚBLICA	32
5.1	NOVAS VISÕES DE MUNDO.....	32
5.2	SINAIS DE ESGOTAMENTO DA ORDEM IMPERIAL.....	36
5.2.1	A Questão Religiosa	37
5.2.2	A Questão Militar	38
5.2.3	Baile da Ilha Fiscal: um símbolo	39
6	A PRIMEIRA CONSOLIDAÇÃO: ESPADA	40
6.1	BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE O GOVERNO DEODORO.....	40
6.1.1	Constituição e cidadania	42
6.1.2	A tentativa de golpe	44
6.2	BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE O GOVERNO FLORIANO PEIXOTO.....	44
6.2.1	Floriano e o florianismo	44
6.2.2	Primeiras contestações: Revolta da Armada e Revolução Federalista	46
7	A SEGUNDA CONSOLIDAÇÃO: BUSCA PELA ESTABILIDADE OLIGÁRQUICA	47
7.1	BACHARELISMO OLIGÁRQUICO.....	47

7.2	A POLÍTICA DOS GOVERNADORES	48
7.3	O CONTRAPESO NO EQUILÍBRIO REPUBLICANO	51
7.4	O CORONELISMO	53
8	O BRASIL EM AGITO: DISPUTAS E CONTESTAÇÕES	55
8.1	CAMPANHA CIVILISTA, HERMISMO E SALVAÇÕES	56
8.2	O TENENTISMO COMO FORÇA DE CONTESTAÇÃO	59
8.3	MESSIANISMO: REVOLTA NO BRASIL RURAL	61
8.3.1	Canudos (1896-1897): o caso emblemático	63
8.3.2	Contestado (1912-1916): a transformação como crise social	64
8.4	REVOLTAS POPULARES URBANAS	67
8.4.1	Revolta da Vacina	67
8.4.2	Movimento Operário: Greve de 1917 e Insurreição Anarquista de 1918	69
9	ASPECTOS ECONÔMICOS	72
9.1	ACONTECIMENTOS	73
9.1.1	O Encilhamento e o Funding Loan de 1898	73
9.1.2	Convênio de Taubaté	75
9.2	LAVOURA NO PODER: O PROTAGONISMO DO CAFÉ	75
9.3	INDUSTRIALIZAÇÃO	77
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICES	88
	APÊNDICE A – BIOGRAFIA DE PRUDENTE DE MORAIS	88
	APÊNDICE B – BIOGRAFIA DE CAMPOS SALES	89
	APÊNDICE C – BIOGRAFIA DE RODRIGUES ALVES	90
	APÊNDICE D – BIOGRAFIA DE AFONSO PENA	91

1 INTRODUÇÃO

Esta seção do trabalho se dispõe a apresentar, de maneira breve e introdutória, subsídios para a temática das relações sociopolíticas no Brasil da Primeira República. Esta introdução serve para trazer ao leitor elementos de compreensão que iluminem o caminho percorrido por este trabalho.

A exposição — que se iniciará na problemática, passará pelos objetivos da pesquisa e seguirá até a justificativa —, permitirá ao leitor adquirir uma noção preliminar acerca dos acontecimentos históricos e de alguns conceitos, a serem abordados e desenvolvidos ao longo do trabalho. A fim de não perder de vista o método escolhido, a introdução será sucedida das seções “Metodologia” e “Referencial Teórico”, que encerrarão a contextualização inicial deste trabalho.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O estudo que se segue não pretende dar respostas absolutas e nem explicar exaustivamente cada tópico, mas sim apresentar uma visão panorâmica dos aspectos sociopolíticos da Primeira República, principalmente dos que guardam relação com o arranjo criado com a Política dos Governadores. De forma preliminar, é essencial expressar com clareza que, dada a amplitude da temática e os objetivos descritivos deste trabalho, serão valorizados os aspectos que rondam a construção da ordem oligárquica, e os dois movimentos contestatórios de maior relevo: o messianismo e o tenentismo.

A presente pesquisa, baseado num esforço descritivo de composição de um panorama histórico e de resgate bibliográfico de obras sobre a Primeira República Brasileira, tem como enfoque os aspectos da dinâmica política do período estudado. A problemática da pesquisa envolve a caracterização do republicanismo e do liberalismo; o contexto de transformações mundiais no período final do século XIX; a compreensão dos acontecimentos que ocorreram no Brasil durante a transição do Império para a República; a composição da estrutura política oligárquica; a caracterização, o papel e o impacto dos movimentos de contestação à ordem oligárquica; e as mudanças na estrutura social e econômica do país.

Outros temas específicos abordados em diferentes níveis de profundidade incluem a Questão Religiosa, a Questão Militar, aspectos dos primeiros anos

republicanos, o bacharelismo, a Política dos Governadores, o coronelismo, a Campanha Civilista, o hermismo, o tenentismo, os movimentos messiânicos da Primeira República, as revoltas populares urbanas, os aspectos econômicos de maior relevância.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho dividem-se em geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever a construção da ordem política na Primeira República Brasileira e os movimentos que desafiaram o arranjo político elaborado pelos representantes das oligarquias.

1.2.2 Objetivos Específicos

A seguir, encontram-se elencados os objetivos específicos deste trabalho:

- a) apresentar o contexto de algumas transformações passadas no mundo no século XIX.
- b) contextualizar os pensamentos que inspiraram os atores históricos da instauração da república no Brasil;
- c) descrever os principais acontecimentos do período histórico estudado, tendo em vista o objetivo geral do trabalho;
- d) revisar os principais conceitos e caracterizar os objetos que vem à tona quando se estuda o Brasil da Primeira República;

1.3 JUSTIFICATIVA

Não é eficaz observar o Brasil da Primeira República com os olhos de hoje em dia. A Primeira República acabou sendo estigmatizada por uma mentalidade anacrônica que foi impulsionada ao decorrer das décadas pela própria propaganda oficial, dos agentes políticos no poder. Já na Era Vargas, o primeiro período em que

Getúlio governou o Brasil, a visão de que a Primeira República era ultrapassada, atrasada, velha, venceu. Era a versão dos “vencedores”, dos que fizeram a Revolução de 1930. Ela não é de todo errada, mas discursos políticos dicotômicos não são bom recurso para formar um juízo de valor.

Analisando a gênese e desenvolvimento brasileiro dos ideais republicanos e da visão liberal; a teoria e a prática dos agentes históricos que moldaram a Primeira República; as transformações pelas quais passou o Brasil e o mundo no período estudado; é que se pode averiguar com mais exatidão em que contexto estão inseridos e quão precisos são os termos que comumente são usados para descrever a Primeira República, tais como república oligárquica, república café com leite, república dos coronéis. Desse modo, torna-se viável estudar seriamente o período, sem cair em anacronismos, preconceitos e reducionismos.

É preciso dar a devida atenção aos acontecimentos históricos, pois representam o ponto culminante de determinado contexto a ser estudado. Também é importante considerar a história das ideias, já que o pensamento é algo dinâmico e cada época apresenta sua mentalidade, que se expressam em ações que alteram a história.

A relevância de estudar a Primeira República traduz-se em dois aspectos: um de natureza relativa e outro de afirmação própria. Primeiramente, nota-se que no ambiente acadêmico e até mesmo na instrução das escolas secundárias, o estudo do período de 1889 a 1930 é eclipsado quantitativa e qualitativamente pelos estudos de outros períodos cuja relevância é mais considerada. Logo, num impulso compensatório, torna-se interessante dar mais atenção ao tema. O outro aspecto é o do reconhecimento da dimensão da Primeira República. A Primeira República foi o regime pioneiro desse Brasil republicano que perdura até hoje. É um período que possui luz própria, ou seja, décadas cuja dinâmica sociopolítica e econômica apresenta exuberância, riqueza e complexidade merecedoras de mais estudos.

Assim sendo, o esforço dessa exposição pode gerar uma reflexão acerca da Primeira República por ângulos diversos, o que aumenta a riqueza de análise sobre qualquer período.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa e investigação científica depende de uma congregação de técnicas, procedimentos e operações sistemáticas e formais com o intuito de se perseguir objetivos determinados. O presente trabalho, isto posto, pretende utilizar os desenvolvimentos teóricos dos assuntos de estudo, isto é, almeja fazer uma revisão bibliográfica, apoiando-se em pesquisas bibliográficas e documentais, tendo por objetivo promover uma discussão sobre os aspectos políticos, sociais e econômicos da Primeira República Brasileira.

Objetivando resgatar a formação histórica da Primeira República, os fundamentos dos ideários e movimentos, além dos princípios configuradores da política, serão usados livros e artigos de estudiosos que buscaram interpretar o período. Não é possível abordar todos os subtemas sem empenhar um esforço de contextualização teórico e histórico. Por isso, as análises de Karl Polanyi (1980) e Jeffry Frieden (2008), aliadas ao sucinto panorama histórico capturado pelo historiador René Rémond (1976; 1989), serão essenciais para a realização deste trabalho, que se pretende ao mesmo tempo focalizado e contextual.

Este trabalho dará conta dos acontecimentos, pois eles não podem ser ignorados. O historiador francês Pierre Nora (1984) reconheceu a centralidade dos acontecimentos no mundo de hoje. Mesmo que os poderes midiáticos possam usar os “fatos” de maneira perversa, os acontecimentos continuam tendo sua relevância. Longe de serem superficiais, os acontecimentos representam a chave que dá ao pesquisador acesso às camadas que constituem o emaranhado da realidade imediata. Portanto, os principais acontecimentos do período histórico estudado neste trabalho serão descritos, com base em obras de historiadores e intérpretes dos fenômenos sociais, políticos e econômicos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS

A civilização do século XIX ruiu: esta é a frase inicial de Karl Polanyi (1980) em *A Grande Transformação*. Ela introduz de forma penetrante o tema da grande ruptura que se passou no século do liberalismo, uma transformação histórica cuja singularidade se expressa na transição de um sistema econômico para outro. O mundo mudou política, econômica, cultural e socialmente. Não apenas as estruturas de poder foram abaladas, mas as da própria vida humana em sociedade. Assim tendo se passado, o mundo do começo do século XX não era mais o mesmo do começo do século XIX. As décadas das novidades materiais e institucionais formaram uma nova dinâmica mundial. E a nova dinâmica duraria pouco, com o que o autor descreveu como o colapso inevitável da economia de mercado autorregulável.

Para Polanyi (1980), a ordem construída nesses cem anos se firmava em quatro instituições: o equilíbrio de poder no cenário internacional, freio de grandes conflitos; o padrão-ouro, elemento-chave da organização econômica mundial; o mercado autorregulável; o modelo de Estado liberal. O padrão-ouro mostrou-se um fator preponderante da manutenção da ordem, pois o sistema de equilíbrio de poder se estruturava sobre essa estrutura basilar da economia internacional. Portanto, a queda desse padrão, consequência do colapso das instituições que o mantinham, assinalou uma das causas preponderantes da catástrofe representada pela Primeira Guerra Mundial.

Segundo Polanyi (1980), o sistema de mercado autorregulável era uma utopia liberal, porque não teria como implementá-lo sem a destruição das estruturas sociais existentes. A economia seria dirigida, sem embargos, apenas pelos preços do mercado, aliados a um nível de intervencionismo tolerado pelo liberalismo econômico, em contraposição ao *laissez-faire*. Uma vez ameaçadas, essas estruturas sociais reagiram, visando protegerem-se por meio de um aparato protecionista, sem necessariamente quererem o fim da nova ordem liberal, acabando por arruinarem as quatro instituições supracitadas.

A problemática apresentada por Polanyi (1980) dá conta que nas décadas que se seguiram à série de eventos que se convencionou chamar de Revolução Industrial, no final do século XVIII e começo do século XIX, houve uma mercantilização

de três elementos de fundamental importância para todos os aspectos da vida no período: o trabalho, a terra e o dinheiro.

A transformação da terra e do trabalho em mercadoria significou, para Polanyi (1980), uma desarticulação da vida social, pois aconteceu um processo de subordinação da sociedade ao mercado, no qual esses dois elementos que acompanharam a humanidade ao longo de toda a sua trajetória fizeram-se, na contemporaneidade, submissos às leis de mercado. A instauração de um mercado de trabalho, num contexto de abolição ou adaptação de leis que concediam auxílios às classes menos favorecidas, segundo o autor, destruiu o tecido tradicional da sociedade inglesa, usada por ele como exemplo.

Frieden (2008), apesar de apontar problemas relacionados à crescente competição entre classes e países, possui uma abordagem mais otimista do que se passou no século XIX e começo do século XX. Parece lamentar o fim desse tempo áureo do comércio internacional, ao passo que expõe uma série de mudanças positivas, em termos de ganhos econômicos, de escala de produção, de diversidade de mercadorias e possibilidades de consumo. Lista uma série de inovações e cita a exuberância das feiras mundiais como marcos fundamentais da “ideologia do progresso”. Isso será visto com mais detalhes no capítulo 4.

3.2 REPUBLICANISMO E LIBERALISMO

Do declínio do Império até a queda da Primeira República, influências originárias da Europa e dos Estados Unidos eram apreciadas na imprensa, nos debates parlamentares e nas discussões. Por conseguinte, buscar uma compreensão mais abrangente acerca do republicanismo e do liberalismo mostra-se fundamental para se estudar o contexto da época.

Nos estudos de filosofia e ciência política recentes, destaca-se três critérios usados para a classificação da tradição republicana: o critério genealógico, o critério nacional e o critério socioconflitual (SILVA; LAUREANO, 2021). A abordagem dos três critérios permite uma noção mais profunda do que se trata o republicanismo.

O critério genealógico foca mais nas origens do republicanismo, ou seja, aborda a fundação da tradição republicana, recuperando os valores caros a esse conjunto de crenças. Não há consenso acerca de detalhes da origem do republicanismo, tais como local e data exata, mas atribui-se à antiguidade grega e

romana o tempo histórico em que a tradição se originou e desenvolveu-se. Aristóteles já dizia que a polis grega representava uma esfera da vida em oposição à vida doméstica. Era a participação na vida comunitária. Se em termos de primeiros traços de pensamento e aplicação, a Grécia de pensadores como Aristóteles possui primazia, o tratamento romano ao republicanismo, sobretudo na criação de instituições que se mostraram basilares para a tradição, assume protagonismo na abordagem genealógica. Aliás, *res publica* é um termo de origem latina, comumente traduzido por coisa pública (SILVA; LAUREANO, 2021).

Os autores que se destacaram nas últimas décadas abordando o republicanismo são Quentin Skinner (1999) e Pettit (1997). Para os autores, o mundo romano acabaria institucionalizando a constituição mista e a cidadania contestatória. O romano Cícero, recuperando o grego Políbio, recorreu à chamada constituição mista para descrever a política da república romana. A monarquia, a aristocracia e a democracia, representados pelo consulado, pelo senado e pela tribuna da plebe, respectivamente, garantiam o equilíbrio político, restringindo a concentração de poderes por meio da distribuição destes, em benefício da manutenção da liberdade. O tribuna da plebe com suas prerrogativas de veto, por sua vez, limitava o poder arbitrário das outras instâncias de poder, constituindo assim a cidadania contestatória munida da virtude cívica, que encontrava expressão também através de rebeliões populares (SILVA; LAUREANO, 2021).

Traçando cronologicamente o desenvolvimento do republicanismo, passa-se pelo período renascentista de Maquiavel e Guicciardini, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, e pela Idade Moderna propriamente dita, com suas interpretações variadas que culminarão no iluminismo. Nesses períodos as crenças foram atualizadas. No Renascimento produziu-se inovações, ao se afirmarem influências do humanismo condicionados a filtros cristãos-católicos. Houve valorização e adaptação de elementos republicanos típicos da antiguidade, tais como patriotismo, liberdade, ordem assegurada pelo militarismo e pela vida política ativa, vista como virtude, contudo o Renascimento acabou restringindo a importância da participação popular contestatória, em benefício à aristocracia. Na Idade Moderna formulou-se ideias como o contrato social, o direito natural e a representação, havendo avanços práticos: a divisão funcional de poderes, tal como previsto por Montesquieu, a incorporação de direitos fundamentais feita por Rousseau, e a

adaptação tão particular, numa ênfase federalista, do republicanismo nos Estados Unidos (SILVA; LAUREANO, 2021).

O critério nacional, apesar de reconhecer a fundação republicana no mundo antigo, procura enfatizar as distinções entre os republicanismos de diferentes nações, afinal estas possuem peculiaridades próprias e contextos particulares. O caso francês por exemplo, é típico, pois na nação francesa o republicanismo manifestou-se em contraposição à monarquia absolutista, mas incorporou influências de autores absolutistas na formulação unitária de poder político soberano e na prática do terror jacobinista (SILVA; LAUREANO, 2021).

O critério socioconflitual recorre a Maquiavel na distinção entre o republicanismo aristocrático e o republicanismo democrático, abordando sociologicamente o caráter conflitivo da tradição. Povo e poder político concorrem: o protagonismo popular na política é a barreira para a ampliação do poder político, enquanto o esvaziamento do elemento popular consagra o controle aristocrático na política. Em geral, há duas soluções: a concórdia, em que o povo conforma-se na hierarquia social funcional estabelecida — elemento aristocratizante, e o conflito canalizado institucionalmente — elemento democratizante. (SILVA; LAUREANO, 2021)

Por fim, cabe dizer que o neorrepblicanismo de Skinner e Pettit é uma defesa da liberdade como não-dominação, encaixando-se como defesa de uma liberdade negativa, na conhecida distinção feita por Isaiah Berlin (1981), na qual a liberdade positiva seria a da autorrealização, dos sujeitos tomando as rédeas do próprio destino, soberanamente, visão tida pelo autor como utópica. Ao se ater a essa definição, a liberdade neorrepblicana tão simplesmente como não-dominação pouco se distinguiria da liberdade liberal, pois seria uma espécie de arcaísmo liberal, na perspectiva das críticas recorrentes por parte dos teóricos liberais. Mas é certo que o neorrepblicanismo tende a dar importância maior à virtude cívica como expressão dessa liberdade, o que seria uma de suas particularidades (LAUREANO, 2014).

O neorrepblicanismo é uma atualização da longa tradição republicana, que como qualquer tradição, ressurgue com ligeiras adaptações de tempos em tempos. Para solucionar o problema da falta de conformidade completa a nenhuma das duas definições de liberdade evocadas por Berlin (1981), Pettit (1999) surge com um terceiro conceito de liberdade, que pode ser chamada de liberdade neorrepblicana. A liberdade nessa abordagem é definida como não-dependência, ou em outras

palavras, como ausência de interferência arbitrária, ou uma “ausência de impedimentos à realização das escolhas por parte dos agentes individuais” (SILVA, 2008, p. 151). Skinner e Pettit apoiam a noção de liberdade negativa individual, ao mesmo tempo em que defendem as condições necessárias para que essa liberdade seja efetivada no âmbito público. Ao alternarem entre a perspectiva individual e a perspectiva estatal, conseguem entender a liberdade de forma completa, sem desconsiderar suas partes menores. Skinner (1999) associa a não-dominação não somente à ausência de dominador, mas à existência de um Estado livre, que para ser realmente livre não pode ser dominado por potências estrangeiras numa relação colonial ou assemelhada, nem pode ser dominado por monarquia, oligarquias ou quaisquer grupos de poderosos. Os autores integram a ideia de liberdade individual com a necessidade de participação política, que deve ser regulamentada por leis consensuais, assegurando assim tanto a independência quanto a preservação da liberdade.

Para Raymundo Faoro (1987), as filosofias políticas, tal como o republicanismo e o liberalismo, representam um objeto abstrato a ser perseguido. Não seria algo isolado da história, da experiência política dos povos e nações. Assim, quando se pensa em república e liberalismo no Brasil não se pode cair no erro de considerar automaticamente a correspondência do pensamento com a realidade experimentada. A filosofia política seria mais uma orientação para a prática, o que não deixa de ter sua importância, já que é justamente com base nessa orientação que se busca a realização. Segundo Faoro (1987), o liberalismo surgiu na Inglaterra no século XVII, no contexto da disputa entre os absolutistas e a burguesia que ascendia como força política. John Locke publicou O Segundo Tratado (LOCKE, 1994), como forma de teorizar uma legitimação da Revolução Gloriosa. Locke (1994) defendia que o povo poderia resistir ao poder constituído caso julgasse pertinente. Segundo ele, há uma lei natural que rege os seres humanos, os quais, como criações divinas, viveriam inicialmente em um estado de perfeita igualdade e liberdade natural. Nesse estado primordial, não haveria subordinação nem vassalagem, e as pessoas estariam sujeitas apenas às leis naturais, sem a existência de um direito formal. No entanto, a presença de uma lei formal para Locke (1994) é necessária para punir aqueles que violam a lei natural. A liberdade do indivíduo precisa ser assegurada pela lei contra as restrições externas de instituições como a Igreja, o Estado, as tradições e a própria

sociedade. Para atingir esse objetivo, devem ser adotados os expedientes do federalismo e da separação de poderes.

René Rémond (1997) dá importante contribuição para o entendimento do liberalismo:

Trata-se, enfim — e é nisso que o liberalismo mais merece o nome de filosofia — de certa filosofia do conhecimento e da verdade. Em reação contra o método da autoridade, o liberalismo acredita na descoberta progressiva da verdade pela razão individual. Fundamentalmente racionalista, ele se opõe ao jugo da autoridade, ao respeito cego pelo passado, ao império, do preconceito, assim como aos impulsos do instinto. O espírito deverá procurar por si mesmo a verdade, sem constrangimento, e é do confronto dos pontos de vista que deve surgir, pouco a pouco, uma verdade comum. A esse respeito, o parlamentarismo não passa de uma tradução, no plano político, dessa confiança na força do diálogo. As assembleias representativas fornecem um quadro a essa busca comum de uma verdade média, aceitável por todos. Pode-se entrever as consequências que essa filosofia do conhecimento implica: a rejeição dos dogmas impostos pelas igrejas, a afirmação do relativismo da verdade, a tolerância (RÉMOND, 1997, p. 17).

Essa resistência à autoridade instituída foi mais claramente vista, segundo Rémond (1997), na oposição do liberalismo ao Antigo Regime baseado no absolutismo. Contudo o liberalismo durante o século XIX e XX também dá mostras de sua oposição à autoridade popular, lutando nas democracias ocidentais contra representantes fortes que sejam procuradores do povo no exercício dessa autoridade, e repudiando o totalitarismo e as tentativas de experiência socialista.

O liberalismo surgido na Europa e aplicado cedo nos Estados Unidos espalhou-se pelo mundo, influenciando diversos países, inclusive o Brasil. No século XIX o pensamento liberal encontrou a realidade brasileira com suas instituições arcaicas, feito a escravidão. Nessa sociedade periférica e predominantemente rural o liberalismo foi aplicado parcialmente na constituição do Império e em várias iniciativas legislativas ao longo do período monárquico (FAORO, 1975). Essa tentativa de aplicação requereu uma deformação do liberalismo num país dominado pelas práticas sociais do favor, do mandonismo e da concentração de poder em elites locais. Infelizmente, isso não mudaria na Primeira República, pois com a Política dos Governadores, as elites locais e as oligarquias regionais constituíram parte fundamental do exercício do poder republicano, no que pode ser atribuído como

processo de dominação oligárquica em substituição à dominação aristocrática do período anterior.

René Rémond (1997) mostra que não há surpresa nesse tipo de liberalismo deformado. O autor diz ser o liberalismo “[...] o álibi, a máscara dos interesses de uma classe. É muito íntima a concordância entre as aplicações da doutrina liberal e os interesses vitais da burguesia” (RÉMOND, 1997, P. 31). Ademais, o autor aponta que o sufrágio, por exemplo, é menos coerente com o liberalismo do que com a democracia, tendo sido o processo de democratização que culminou na adoção do sufrágio universal um importante fator de crise para o Estado Liberal.

Quanto ao republicanismo, Heloisa Starling (2018) relata que houve influência da Revolução Francesa e da Revolução Americana, por exemplo, na Inconfidência Mineira, na Conjuração Carioca e na Revolução Pernambucana, esta última que conseguiu proclamar uma República em pleno período colonial, ao menos por um curto período.

Para Heloísa Starling (2018), a ideia de República surgiu no Brasil já no período colonial. Embora, em alguns episódios, essa ideia não significasse ampla participação popular, a participação do povo se fez presente em vários deles. Num primeiro momento, a ideia de República estava associada a uma ruptura com a ordem vigente. No século XVIII e na primeira metade do XIX, a República se manifestava como um anseio de algumas sociedades locais. No entanto, com a organização dos republicanos a nível nacional, mesmo que concentrados no Sudeste, a partir de 1870, esse anseio social transformou-se em uma alternativa política. Starling indica que, sendo a defesa de uma alternativa à ordem menos apelativa do que uma ideia de anseio, a Proclamação da República acabou se dando sem grande envolvimento da população.

3.3 O DECLÍNIO DO IMPÉRIO

Diversos fatores contribuíram para o surgimento do movimento republicano, conforme Emília Viotti da Costa (1999). Entre esses fatores, destaca-se: as contradições entre os interesses de diferentes grupos econômicos; a distância entre as províncias e o centro do poder; e a dificuldade de adaptação política das novas forças econômicas, influenciadas pela nova ordem econômica mundial, o que

levou o regime monárquico a um estado de inércia que o tornou inviável como projeto de governo.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1985), a instabilidade do Império resultou da excessiva centralização do sistema e da dificuldade das províncias economicamente mais desenvolvidas de se destacarem politicamente sobre as áreas tradicionais. Nesses contextos mais dinâmicos, a ideia liberal, que podia ou não estar ligada ao republicanismo, ganhou força. Assim, tanto Portugal quanto suas colônias, especialmente o Brasil, que a partir de 1808 se tornou sede da Corte Portuguesa, precisavam se adequar a esse modelo. Segundo Emília Viotti da Costa (1999, p. 14), “setores novos das elites agrário-mercantil-exportadoras se lançam num projeto de modernização relativa do país e disputam o poder às elites tradicionais.”

Ao longo do período imperial, intensificaram-se as divergências e os interesses políticos e econômicos representados pelos adeptos do Partido Conservador – principalmente as elites agrárias e ruralistas beneficiadas desde o período colonial – e pelos partidários das ideias do Partido Liberal – geralmente as classes emergentes, como comerciantes e militares, que buscavam alinhar o país ao modelo capitalista internacional (FAORO, 1975). Além disso, é notável a influência do positivismo sobre os que queriam propor mudanças na realidade nacional (OLIVEIRA, 1990).

Enquanto no Brasil Colônia havia atividade urbana, indústria e comércio em fases incipientes e regionais, o Brasil Império iniciou uma nova era com sinais de uma sociedade mais urbanizada, composta por oligarquias agrárias e pelo crescimento dos profissionais liberais, com destaque para os “bacharéis”. No entanto, apesar desses novos segmentos sociais, não houve uma ruptura com a ordem vigente – patriarcal, patrimonialista e elitista. Os novos setores da sociedade imperial, incluindo os militares, foram como que cooptados e conformados aos ditames das oligarquias ruralistas, já que, mesmo com a instauração da república, o Brasil ainda permaneceu predominantemente agroexportador, apesar de avanços no campo industrial (FAORO, 1975).

3.4 POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Após a proclamação, a invenção republicana, conforme descrita por Renato Lessa (1999), seria testada de várias maneiras ao longo de sua existência. Após a

"década do caos", termo usado por Lessa para descrever o início da República brasileira (1889-1898), as elites dirigentes, com destaque para o PRMG e o PRP, este último sob a liderança de Campos Salles (membro do PRP e presidente de 1898 a 1902), construíram um sistema político baseado na Política dos Governadores. Segundo Lessa (1999), essa política criou uma nova "rotinização" da política interna, após a "desrotinização" causada pelo fim do Segundo Império. Para Fernando Henrique Cardoso (1975), a Política dos Governadores tinha função equivalente ao Poder Moderador da época imperial, apesar de ter características próprias da Primeira República. A fragilização dessa política, junto com os fenômenos militares do salvacionismo heremista e do tenentismo, embasaria o colapso da Primeira República durante a década de 1920.

A instauração da república se dá no decorrer de um processo de incorporação de uma mentalidade que ultrapassa o ceticismo liberal em relação à monarquia. Foi um processo de conversão ideológica das classes pensantes, não um acaso. Muitos se voltam ao positivismo, defendendo um governo forte que flerta com a autocracia, capaz de romper as travas que impedem o progresso. Outros, tendendo a uma espécie de liberalismo pragmático, defendem os princípios de não-intervenção, mas com a ressalva de não prejudicarem seus próprios interesses, pois toleram intervenções que salvaguardam seu poder político e patrimonial, agindo ativamente em articulações que loteiam o Estado (RESENDE, 2018).

O sistema conhecido como Política dos Governadores, descrito por Lessa (1999), continha uma "técnica política" e "valores substantivos". A primeira dizia respeito ao método criado por Sales para manter o poder das oligarquias em cada estado do país. Os governadores apoiavam o governo central em troca de apoio do executivo central, seja em termos de investimentos e benefícios econômicos, seja durante as eleições. Isso porque a comissão que verificava os mandatos no Congresso Federal, controlada pelo presidente da legislatura anterior, passava a ser um aliado garantido, o que resultava na exclusão (ou "degola") de candidaturas opositoras que desafiavam o controle oligárquico. Desta forma, somente os candidatos dos partidos no poder eram eleitos. Quanto aos "valores substantivos", visavam "desideologizar" a política, talvez tornando-a mais uniforme em nível nacional, para apoiar o sistema. Além disso, como destaca Vitor Nunes Leal (2012), o voto de cabresto e o coronelismo, conduzidos pelos líderes locais das oligarquias

dominantes, sustentavam uma estabilidade política na qual a participação do povo se limitava a um mero consentimento superficial.

Com o fim do governo de Floriano Peixoto, encerra-se a chamada República da Espada. Com a reorganização do Estado iniciada por Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil do Brasil, e que atinge seu ápice com a proposta de Campos Sales, as elites se acomodam ao poder num arranjo sistemático. Campos Sales estabelece um acordo com os governadores, garantindo que o presidente não interfira nos assuntos políticos estaduais. Em troca, os governos estaduais asseguram resultados eleitorais no Congresso que favoreçam os objetivos presidenciais. Para José Murilo de Carvalho (1998 apud NEVES, 2018), esse contexto, os municípios se tornam a base de articulação para o estado, elevando o coronel ao papel principal no poder político regional. Mas esse processo não acontecia sem percalços.

A verdade eleitoral consistia, no mais das vezes, na vontade que emanava dos palácios dos governadores. As oligarquias imperavam por toda parte, mas o seu domínio não se exercia sem a resistência dos grupos minoritários. De outro modo, as oligarquias que dominavam nos vários estados lutavam entre si no plano federal, onde frequentemente se opunham à oligarquia paulista (COSTA, 1999, p. 397).

Campos Sales visa criar com a política dos governadores, um "arranjo político" que estabeleça compromissos entre o executivo federal e os executivos estaduais. Isso permitiria a formação de um legislativo com coesão no âmbito federal, capaz de apoiar as políticas que ele pretende implementar em seu governo. Mas tendo em vista que existia uma hierarquia implícita entre os estados, os entes da federação que se sentiam menos privilegiados, como o Rio Grande do Sul, impõem resistência (VELEZ, 2000). Isso será visto com maior detalhe em ocasião própria, neste trabalho.

Analisando o contexto político da Primeira República, no bojo da solução criada por Campos Sales com a Política dos Governadores, Vitor Nunes Leal (2012) elabora sua abordagem do coronelismo, destacando-o como um sistema político complexo e não apenas como mandonismo local ou clientelismo. Ele argumenta que o coronelismo surgiu na Primeira República devido à decadência do poder dos coronéis e à necessidade de um compromisso com o governo estadual.

Essa relação envolvia o Estado oferecendo poder e prestígio aos coronéis em troca de votos. Leal (2012) também distingue entre coronelismo e mandonismo, vendo o primeiro como uma fase do segundo, marcada pela busca de apoio estatal devido às dificuldades econômicas. Mesmo que a premissa da decadência dos

proprietários rurais seja debatível, ele sugere que a crescente integração da agricultura aos mercados nacional e internacional tornou necessária a cooperação entre produtores rurais e o poder estadual.

3.5 TENENTISMO

Contraopondo-se ao descaso com a coisa pública, no contexto da Política dos Governadores, do coronelismo e do domínio oligárquico, surge o Tenentismo, movimento que representa o descontentamento de parcela das Forças Armadas. O Tenentismo se torna um movimento de contestação de grande relevância, pois protagonizou episódios marcantes na chamada "crise dos anos 20" no Brasil da Primeira República.

O Tenentismo adquiriu o significado pelo qual é conhecido hoje em dia a partir da obra originalmente publicada em 1933 de Virgínio Santa Rosa (1976), *O Sentido do Tenentismo*, em cujo pioneirismo definiu o movimento como representante da classe média urbana, classe social que naquele contexto via-se excluída do processo político. Os parlamentares, subservientes às oligarquias estaduais, recusavam-se a realizar as reformas reivindicadas pela burguesia das cidades. Assim, os tenentes, oficiais de patentes intermediárias que tinham prestígio social, levaram à cabo a tarefa de representar essas classes nos constantes choques com as oligarquias. Eles provinham do Exército, que desde a Proclamação da República era considerado por parte do povo como uma organização com a coesão necessária para executar firmemente os desígnios salvacionistas, e além do mais, os próprios tenentes eram parte da classe média que requeria sua parte na política (SANTA ROSA, 1976).

Para José Augusto Drummond (1986), o Tenentismo se rebelava não somente contra as elites oligárquicas, mas também contra a subordinação das Forças Armadas no aparelho estatal, de modo que os tenentes reivindicavam o protagonismo principalmente para o Exército. Porém, Drummond (1986) concorda com Virgínio Santa Rosa ao dar importância ao pertencimento dos tenentes à classe média.

Numa visão diferente, Edmundo Campos Coelho (1976), ao analisar o movimento, destaca a independência dos tenentes em relação à classe média urbana, discordando de Santa Rosa. Embora sensibilizados com as condições sociais em geral, predominava nos tenentes a preocupação com a posição das Forças Armadas

em relação aos quadros políticos civis, posição em consonância com a análise de Drummond.

Por uma perspectiva marxista, Edgar Carone (1975) aponta que, com raríssimas exceções, as elites oligárquicas estaduais não simpatizavam com o Tenentismo, marginalizando-o e combatendo-o. Porém, para o autor os tenentes encaravam a classe trabalhadora como um corpo estranho, ou seja, não eram consideradas como classe prioritária cujos interesses as transformações pretendidas pelo Tenentismo deveriam atender. Pelo contrário, em vez de revolução social, os tenentes queriam reformas; almejavam transformar o regime burguês instituído, em vez de atingir o comunismo. Isso só mudaria com a superação dessa visão numa divisão do movimento por parte de alguns tenentes, com destaque especial para Luís Carlos Prestes, que a partir dos anos 1930 se voltam para a defesa de uma revolução tal como preconizada pelos marxistas. Carone (1975) mostra que a outra fração do Tenentismo que emergiu da divisão acabou se aproximando de oligarquias descontentes no final dos anos 1920, resultando em ações que culminaram na Revolução de 1930. Para o autor, não existe Tenentismo, mas Tenentismos, no plural, pois após 1930 as divisões internas e falta de organização faz o movimento desaparecer, tomado, por exemplo, por oportunistas de variados tipos.

José Murilo de Carvalho (2005) amplia a análise dizendo que os tenentes eram superiores numericamente aos integrantes de outras patentes, posição que os fazia sentir como porta-vozes da instituição. Naturalmente, no dia a dia profissional os tenentes tinham muito contato com os soldados, integrantes de classes sociais subalternas, portanto adquiriram conhecimento acerca da realidade social dos grupos menos favorecidos, sentindo melhor a pressão social reivindicatória. Do mesmo modo, essa proximidade permitia-lhes gozar de prestígio e consideração por parte dos soldados. Carvalho (2005) apresenta, ainda, a importância da profissionalização do Exército implementada pelos oficiais que estagiaram na Alemanha de 1906 a 1912, os Jovens Turcos, e a Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil, que durante mais de uma década, a partir do ano de 1920, orientou modernizações na estrutura militar brasileira. Houve modernização também no tocante à seleção para o serviço militar: em 1916 foi finalmente implantada a lei que previa o recrutamento por sorteio universal. Logo, o ingresso nas Forças Armadas passou a significar oportunidade de ascensão profissional, acadêmica e social para jovens oriundos de faixas mais empobrecidas da população. Por fim, todo esse processo de institucionalização

mudou a forma como a sociedade via os integrantes das Forças Armadas, outrora tidos por desordeiros, e mudou também a forma como os próprios tenentes se viam: agora eram mais capazes, munidos do moral, com o chamado espírito de corpo (CARVALHO, 2005).

4 UM TEMPO DE TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS

4.1 A PAZ E AS MUDANÇAS

O século XIX foi palco de transformações profundas. No mundo inteiro, mas particularmente na Europa e nos Estados Unidos, novas formas de ver a realidade e o surgimento de novos desejos geraram uma série de acontecimentos que entraram para a história. O modo de produção, o padrão de consumo e as relações internacionais foram levadas a um novo patamar. Vindas do século anterior, novas tendências no campo político e econômico, surgidas da ruptura causada pela Revolução Francesa e emanadas da Revolução Industrial, respectivamente, adentraram o século XIX para se consolidarem nos corações e nas mentes (RÉMOND, 1997).

O mundo do século XIX foi o mundo da Pax Britannia, a Paz dos Cem Anos. De 1815, quando Napoleão é derrotado pela última vez, até 1914, ano em que eclode a Primeira Guerra Mundial, nenhum conflito de larga escala assolou a Europa: as guerras foram localizadas e menores do que as napoleônicas e do que a grande guerra que viria. Da Batalha de Waterloo até a virada do século, contudo, o planeta passou por uma grande transformação tecnológica e política (FRIEDEN, 2008).

A paz foi garantida pelo sistema de equilíbrio de poder, conforme descrito por Polanyi (1980), que foi sustentado primeiramente pela Santa Aliança, e depois pelo incipiente Concerto das Nações — instituição fruto do Congresso de Viena —, já afetada por revoluções, como a de 1848 na França, e conflitos como a Guerra da Crimeia (1854-1856), que não foram evitados pela ordem política estabelecida.

De acordo com Frieden (2008), o comércio global agigantou-se no século XIX: a comunicação e os transportes facilitaram-no, agilizando e diminuindo custos do comércio, aumentando o mercado efetivo para os produtos manufaturados e diminuindo custos por toneladas de produtos agrícolas e insumos básicos. O telégrafo, o telefone, os navios a vapor e as ferrovias tomaram o lugar de tecnologias artesanais que ficaram obsoletas e ineficientes. Diante da transformação do mundo material e tecnológico, as pessoas tinham verdadeiro deslumbramento; o povo ficava extasiado pelas inovações, embora estivesse em posição subalterna; os governos adotaram políticas para acompanhar e acelerar o progresso, como o padrão-ouro em conciliação com medidas protecionistas, mesmo que fossem contraditórias nos termos do credo

liberal de então (POLANYI, 1980); conservaram-se ao máximo os privilégios da elite, que ao contrário do século XVIII, era de feição burguesa, já quase completamente desvencilhada da aristocracia (FRIEDEN, 2008).

As feiras internacionais eram o espetáculo de exposição das inovações do período. Elas mobilizaram os países para divulgarem seus avanços tecnológicos, que podiam ser criações para uso doméstico, público ou industrial. A Exposição Internacional de 1900, em Paris, foi a maior e mais emblemática. Na ocasião, a iluminação pública foi a estrela, sendo uma novidade de ampla aplicabilidade. Outras criações e engenhocas de todo tipo ocupavam os pavilhões da feira. Entretanto, o que mais gerou repercussão nos anos que se seguiram foi a liderança tecnológica do Reino Unido, da França e da Bélgica, primeiras potências industriais, sendo eclipsada por outra potência continental, a Alemanha, e contrastada pelos Estados Unidos e Japão (FRIEDEN, 2008).

Na primeira metade do século XIX os principais produtos manufaturados eram os têxteis, relativos a tecidos e vestimentas, e os calçados. Porém, na segunda metade do século, os produtos fundamentais das indústrias eram o aço, os químicos, as máquinas elétricas e os automóveis. A indústria pesada entrava em cena, o eixo do avanço industrial era redirecionado geograficamente para o continente europeu e para os EUA, e uma nova dinâmica de interesses de camadas sociais, países e indústrias vinham à baila (RÉMOND, 1997).

René Rémond (1997) lista as principais transformações ocorridas no século XX: a expansão das áreas urbanas e da rede ferroviária, essencial para a ampliação territorial e o transporte de mercadorias; o surgimento de diversas profissões, como ferroviários, comerciários, bancários e carteiros; a formação de novos grupos sociais: os gestores de capital, incluindo comerciantes, industriais e banqueiros, os trabalhadores urbanos e rurais, e a classe média emergente das novas ocupações; as novas condições de trabalho; a universalização da educação, resultando em um aumento no número de leitores; a acumulação de capital, o crescimento de grandes empresas e a criação de instituições bancárias com uma estrutura mais profissionalizada, em contraste com a organização familiar.

Os frutos da pujança econômica se distribuíam de forma desigual, por isso no bojo das mudanças na sociedade formaram-se grupos de interesses em torno da temática do comércio. Frieden (2008) apresenta duas tendências principais. Nos países desenvolvidos, geralmente os industriais advogavam pelo livre comércio,

querendo ver seus produtos inundarem os mercados mundo afora. Já os fazendeiros defendiam o protecionismo, pois não queriam ver seus produtos competirem com os produtos de menor preço originários dos países não desenvolvidos. Enquanto isso, nos países não-desenvolvidos, geralmente os industriais defendiam o protecionismo, para defender seus produtos da concorrência estrangeira, e as classes baixas e médias, feito os trabalhadores urbanos, reivindicavam pelas baixas taxas alfandegárias, para verem diminuir seu custo de vida.

4.20 OURO

Numa época de crescente comércio internacional, precisava-se de um denominador comum na forma de uma moeda estável. Já que pelas teorias vigentes no período o dinheiro era uma mercadoria igual às outras, o ouro foi escolhido para ser esse denominador comum. A constituição do mercado do dinheiro, conforme Polanyi (1980), decorreu da criação do padrão-ouro. Jeffrey Frieden (2008) resume seu funcionamento:

Com a situação na qual as principais moedas do planeta podem ser diretamente convertidas em ouro a taxas fixas, o mundo industrial basicamente compartilhava de uma moeda corrente internacional. De fato, para os Estados que adotaram o padrão, o ouro era a moeda global comum, mas com nomes distintos – marco, franco, libra, dólar – em países diferentes. O dinheiro fixado em ouro investido pelos alemães no Japão ou pelos belgas no Canadá era devolvido em montantes equivalentes de dinheiro fixado em ouro. Os preços acordados não flutuavam, uma vez que as taxas de câmbio eram fixas. Sob o padrão-ouro, tais taxas para trocas entre a libra e o marco, o franco e o dólar, e outras moedas, eram fixadas por tanto tempo que, como é dito, nas escolas as crianças as sabiam de cor, por serem tão estáveis quanto a tabuada. A previsibilidade do padrão-ouro facilitou o comércio, os empréstimos, os investimentos, a migração e os pagamentos internacionais. Banqueiros e investidores se sentiam seguros com as dívidas sendo pagas em quantidades equivalentes de ouro e com a obtenção de lucros nas moedas correntes fixadas no metal (FRIEDEN, 2008, p. 18).

Serrano e Medeiros (1999) explicam que no período de 1819 a 1914, que os autores consideram o período de vigência do padrão ouro-libra, a Inglaterra matinha a libra em paridade com o ouro. O país não sofria com déficits em conta corrente, mesmo que passasse por crescentes déficits comerciais — num contexto de

aumento da competição internacional com outros países que desenvolviam suas indústrias —, por conta do superávit em serviços não-fatores, como fretes e seguros, e da renda recebida dos seus investimentos no exterior. E ao mesmo tempo em que a Inglaterra apresentava déficits na balança de pagamentos, em decorrência dos investimentos diretos e empréstimos ao exterior, não se observa perda de ouro, porque no sistema vigente a libra servia internacionalmente como ativo de reserva, de modo que havia um financiamento decorrente das aplicações de curto prazo.

O ouro logo já foi ator de graves problemas. O mercado e a produção cresciam imensamente, enquanto o ouro, pela sua própria condição, tinha sua quantidade crescendo a um nível menor, o que gerou a deflação. O mercado externo necessitava de estabilidade, então em toda ocasião de ameaça de depreciação, os preços internos eram rebaixados. O problema central, de acordo com Polanyi (1980), é que a concepção desse sistema monetário separava a política e a economia, dando ênfase ao dinheiro como meio de troca no mercado internacional, enquanto domesticamente ele não se resumia a mercadoria, mas era principalmente poder de compra, sendo um meio de pagamento.

Explica Polanyi (1980), que surgem nesse momento os bancos centrais, responsáveis por absorver e distribuir o impacto deflacionário. Esse processo era visto como necessário uma vez que no curto prazo uma queda abrupta de preços representava uma instabilidade na qual não resistiriam indústrias cujos custos e previsões de inversões obviamente estavam inseridos na lógica do sistema de preços. Por meio dos bancos centrais os assuntos monetários inseriram-se na esfera política, pois internamente adotou-se o intervencionismo, enquanto no nível externo valorizava-se as moedas nacionais e os bancos centrais agiam como armadura para choques. Criava-se assim uma contradição, porque ao mesmo tempo que os Estados agiam cada vez mais com postura nacionalista e autossuficiente, o chamado “credo liberal”, termo usado por Polanyi (1980), era continuado, no aspecto prático das políticas governamentais — como nas defesas radicais da moeda dentro do sistema de padrão-ouro reinserido no pós-Primeira Guerra. O fim do credo liberal, segundo Polanyi (1980) se dará na emergência do fascismo e na eclosão da Segunda Guerra Mundial, apesar de já ter sofrido grande choque na Primeira Guerra. Porém, a obra “A Grande Transformação” foi publicada originalmente em 1944, então o autor não teve oportunidade, à ocasião, de ver emergir as novas correntes liberais no período posterior à Segunda Guerra.

5 O CAMINHO PARA A REPÚBLICA

5.1 NOVAS VISÕES DE MUNDO

Circulavam ideias no Brasil durante a segunda metade do Segundo Reinado que acabaram por influenciar os acontecimentos políticos do fim do século. Provindas do exterior, propagaram-se novas visões, como a liberal e a positivista, que acabaram mobilizando tanto grupos que já estavam próximos ao poder constituído, quanto elementos urbanos que almejavam a modernização (COSTA, 1999). O liberalismo dava exemplos de sua aplicação nos Estados Unidos e na Europa, mas internamente algumas medidas abriam caminho para o ideário, a exemplo da renovação parlamentar promovida pela Lei dos Círculos, de 19 de setembro de 1855 – durante o Gabinete Paraná, formado pelo Partido Conservador – que instituiu a eleição de apenas um deputado por distrito, reservada a necessidade de maioria absoluta em dois escrutínios, com a previsão de um terceiro escrutínio com os dois mais votados do segundo, caso o resultado ainda estivesse em aberto (FERREIRA, 2005).

Os liberais buscavam reformas dentro da ordem, mas novos grupos progressistas surgiram, feito a Geração de 1870, com um caráter de contestação à ordem estabelecida. Sua postura crítica ao status quo dominante visava o ingresso de novos agentes na estrutura de poder, em geral de sujeitos letrados do meio urbano, como profissionais liberais e bacharéis, eles próprios uma fração da elite do período (ALONSO, 2002). Também almejava a laicização do Estado, a extinção do Poder Moderador e o fim do trabalho escravo, todas as três sendo vigas mestras do poder imperial. Portanto, alimentava-se da crise do Império ao passo que a fomentava, divulgando ideias que, se fossem adotadas, aniquilariam a monarquia. Figuras pertencentes a essa geração encontraram destaque mais tarde, nas primeiras décadas republicanas, como é o caso de Júlio de Castilhos, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rui Barbosa e Sílvio Romero (SALDANHA, 1963).

A Guerra do Paraguai também fez surgir uma demanda por transformações – principalmente por parte da elite dos veteranos, que almejava mais prestígio e já se deixava seduzir pelo positivismo –, contudo o próprio conflito causou impacto significativo nos acontecimentos. Durante a década de 1860, o Partido Progressista

gerou a conciliação entre liberais e conservadores moderados, no período posterior aos 15 anos de domínio conservador nos gabinetes. Contudo, os efeitos da grande duração e da elevada mortalidade da guerra acabaram por enfraquecer o partido, que caiu em 1868, sendo substituído por nova predominância conservadora até 1878 (BOEHRER, 2000).

O Partido Conservador, pressionado, acabava encabeçando reformas de caráter liberal como forma de esvaziar a agenda dos liberais. Exemplo disso foi a já citada Lei dos Círculos, aprovada mais de 30 anos antes da Proclamação da República. Entretanto, conforme avançavam os anos, o comportamento dos conservadores no governo acabou minando uma das principais bases sobre as quais o Império estava assentado: o trabalho escravo. A Lei do Ventre Livre, de 1871, figurou como precursora da abolição, pois com o tráfico negreiro proibido já em 1850 pela Lei Eusébio de Queirós, uma nova norma visando impedir a escravização dos nascidos de mães escravas criava um obstáculo que logo se mostraria intransponível para os senhores (BASILE, 2000).

Conforme Sérgio Buarque de Holanda (1985), no período posterior à Lei do Ventre Livre, o movimento abolicionista toma forma e ganha impulso, tendo em suas fileiras alguns dos expoentes da geração de 1870, que contestava os valores e as bases da monarquia brasileira. As reuniões dos abolicionistas transformavam-se em comícios, difundindo amplamente o ideal entre a população, noutra demonstração cidadã. Contudo, o abolicionismo tomava corpo principalmente graças ao engajamento de parcela da elite, principalmente os bacharéis, e à pressão vinda de dois grupos: do exército, que vinha desaprovando o escravismo desde a Guerra do Paraguai, e de organizações internacionais.

Segundo Nelson Werneck Sodré (1977), a imprensa se afirmava como uma das principais maneiras de circulação de ideias. Os debates políticos, é importante mencionar, restringiam-se à elite letrada, dado o elevado índice de analfabetismo durante o Império, mas parte da população mais pobre fazia comentários de todo tipo, numa espécie de engajamento típico de uma cidadania subalterna, que somente daria sinais de transbordamentos durante a Primeira República. De todo modo, a imprensa tinha relativo alcance e a publicação em jornais dos manifestos dos partidos gerava grande repercussão.

De acordo com Nelson Nogueira Saldanha (1963), o Manifesto Republicano de 1870, divulgado através do jornal A República – veículo de imprensa

do Clube Republicano, sediado no Rio de Janeiro –, alcançou destaque na época, embora tenha obtido pouquíssimo apoio popular. Foi o primeiro manifesto de relevo a defender claramente a transformação do Brasil numa república. Dizia, em nome dos brasileiros: “somos da América e queremos ser americanos”. Portanto, denunciava o isolamento da monarquia brasileira em meio ao grande número de repúblicas próximas, com referência maior à nação destacada na América do Norte: os Estados Unidos da América, potência em ascensão.

O Manifesto denunciava o centralismo monárquico e defendia a formação de uma federação aos moldes americanos, tendo os estados autonomia na maioria dos assuntos, exceto os intrinsecamente nacionais, feito a defesa. Trazia 57 assinaturas, em especial de homens ligados ao comércio, de profissionais liberais e de fazendeiros. Alguns poucos ex-deputados constavam no grupo, bem como dois ex-presidentes de províncias, os advogados Lafayette Rodrigues e Saldanha Marinho. Nota-se que a presença de sujeitos próximos ao poder era ínfima, sendo um manifesto mais representativo de camadas urbanas letradas, ansiosas pela participação no poder (SALDANHA, 1963).

Importante acontecimento relacionado à repercussão do Manifesto Republicano foi a Convenção de Itu. Trata-se da primeira convenção abertamente republicana do Brasil, ocorrida em Itu, cidade do interior paulista, em 1873. Contou com a presença de ilustres participantes, como o então deputado e futuro presidente da república, Prudente de Moraes. Comparados ao grupo do manifesto de 1870, os que atuaram na convenção apresentaram interesses mais direcionados, frisando os anseios federalistas, condizentes com os interesses do setor agroexportador. Eles também romperam com o silêncio em relação ao escravismo: defendiam a abolição, afinal os cafeicultores do oeste paulista empunhavam a bandeira da modernização da lavoura, tendo como um dos pilares o trabalho livre, mesmo que eles só efetivamente fossem adotar a mão de obra imigrante na década de 1880. O evento foi a base para a criação do Partido Republicano Paulista, que mais adiante se tornaria a mais influente organização política brasileira, cujo brilho só seria ofuscado pela Revolução de 1930 (HOLANDA, 1985).

Contudo, os abolicionistas eram o grupo mais organizado dentre os que exerciam pressão sobre os setores dominantes. Segundo Angela Alonso (2002), comícios e rifas eram organizados em prol da libertação dos escravos, os apoiadores da causa compravam alforrias, movimentos como o dos caifazes, que promoviam a

fuga de negros das fazendas, multiplicavam-se. Aos poucos, muitas figuras de renome, ou que estavam prestes a alcançar renome, ingressaram nas fileiras. Joaquim Nabuco, membro de família aristocrática, continuou defendendo a monarquia até o fim da vida, porém foi um dos mais convictos defensores da causa abolicionista. Alonso (2002) ainda pontua que a heterogeneidade do abolicionismo no Brasil é evidente. Inclusive, muitos dos ativistas professaram o ideal do branqueamento da população, enxergando como fundamental o ingresso de novos contingentes de imigrantes vindos da Europa. Esse pensamento se coadunava perfeitamente com as intenções da parte mais ávida por modernizações dentre os setores agroexportadores.

O movimento, de natureza liberal, foi apropriado em grande medida pelos conservadores, o que colaborou para a radicalização de setores liberais, aproximando-os do republicanismo. Enquanto isso, a agenda legislativa segue. A Lei dos Sexagenários foi aprovada em 1885. Sua ineficácia era óbvia: a média da expectativa de vida dos escravos era muito inferior a 60 anos. Ainda assim, acabou por fortalecer o abolicionismo, que já não se preocupava se a abolição aconteceria, porque ela era certa, mas ocupava-se em fazer pressão, orientando os rumos, ou seja, a maneira como ocorreria a libertação.

Segundo Basile (2000), por fim, a abolição se deu discretamente, mas não sem vultosas reações, em forma de comemoração de um lado, e indignação de outro. A Princesa Isabel assinou a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, durante o tempo em que foi regente do Império, pois seu pai, o imperador Dom Pedro II, encontrava-se em viagem à Europa. As ruas tornaram-se palco de grandes missas campais, festas e outras celebrações, enquanto em muitas casas-grandes surgiam conspirações. Nasceram os chamados republicanos de 14 de maio – expressão cunhada pelo abolicionista José do Patrocínio –, grupo de fazendeiros desiludidos com os rumos da monarquia (FERNANDES, 2006).

Se o cientificismo penetrou até no movimento abolicionista, quanto mais no restante da classe pensante. As novas ideias, adotadas pela Geração de 1870, tinham lastro nas discussões europeias. Também o cientificismo, harmonizando com o positivismo, foi importado e passou a figurar na mentalidade da época. As bases divinas do poder monárquico passariam a ser contestadas, novos sistemas governamentais seriam pensados, o racialismo ganharia adeptos e uma diferente maneira de enxergar a sociedade seria pautada pelo darwinismo social. Os valores e os costumes se voltariam para a consagração do “amor por princípio e a ordem por

base; o progresso por fim”, nas palavras de Augusto Comte, teórico do positivismo (OLIVEIRA, 1990).

Membros do exército, jornalistas e outros sujeitos letrados apoiaram o positivismo. O máximo expoente foi Benjamin Constant, um dos que mais influenciaram a Proclamação da República. Constant era veterano da Guerra do Paraguai e, dentre outras atividades, desempenhou em sua vida importante papel na formação de jovens oficiais na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O jornalista e escritor Euclides da Cunha declarava-se positivista, assim como o político gaúcho Júlio de Castilhos. O poeta Olavo Bilac, igualmente, foi bastante influenciado pelos positivistas. Assim, o positivismo alastrou-se no país, pois era capaz de permear os mais diferentes setores, tendo em vista a aderência de suas concepções a todas as áreas do conhecimento (MATTOS, 2012).

5.2 SINAIS DE ESGOTAMENTO DA ORDEM IMPERIAL

Veríssimo (1969) aponta resume magistralmente as ideias e os sentimentos do período:

O movimento de ideias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista e o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influndo na literatura, deviam pôr um termo ao domínio exclusivo do romantismo, só se entrou a sentir no Brasil, pelo menos, vinte anos depois de verificada a sua influência ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais: a Guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias consequentes à Independência, e das nossas lutas no Prata; a questão do elemento servil, comovendo toda a nação, e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinária; a impropriamente chamada questão religiosa, resultante do conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional regalismo do Estado, a qual alvoroçou o espírito liberal contra as veleidades do ultramontanismo e abriu a discussão da crença avoenga, provocando emancipações de consciências e abalos da fé costumeira; e, finalmente, a guerra franco-alemã com as suas consequências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intelectuais. Certos

efeitos inesperados da Guerra do Paraguai, como o surdo conflito que, apenas acabada, surgiu entre a tropa demasiado presumida do seu papel e importância e os profundos instintos civilistas da Monarquia, não foram sem efeito neste momento da mentalidade nacional. Também a Revolução Espanhola de 1868 e conseqüente advento da República em Espanha, a queda do Segundo Império napoleônico e imediata Proclamação da República em França, em 1870, fizeram ressurgir aqui com maior vigor do que nunca a idéia republicana, que desde justamente este ano de 70 se consubstanciara num partido com órgão na imprensa da capital do Império. Esta propaganda republicana teve um pronunciado caráter intelectual e interessou grandemente os intelectuais, pode dizer-se que toda a sua parte moça, ao menos. Outro caráter da agitação republicana foi o seu livre-pensamento, se não o seu anticatolicismo, por oposição à Monarquia, oficialmente católica." (VERÍSSIMO, 1969, pp. 28-9, apud OLIVEIRA, 1990, p. 80).

Portanto, é possível se estender nos tópicos evocados pelo autor, a saber a Questão Religiosa — que apesar de ser nomenclatura que desagrade José Veríssimo (1969), é amplamente conhecida assim — e a Questão Militar.

5.2.1 A Questão Religiosa

A atmosfera das últimas décadas do Império esteve imbuída de assuntos relacionados à Igreja, esta que representava uma das sustentações do poder monárquico. Um acontecimento que se soma aos motivos do ocaso do Império Brasileiro é a Questão Religiosa, mas que na visão de Emília Viotti da Costa (1999) não constituiu um fator preponderante na queda da monarquia.

Tratou-se de um imbróglio envolvendo a Igreja Católica e a maçonaria, que acabou mobilizando diversos agentes políticos e a própria Coroa. Enquanto o poder central católico, o Vaticano, buscava promover a romanização na Igreja do mundo todo, no Brasil esse objetivo chocava-se com uma sociedade que havia gerado novas formas religiosas, dotadas de manifestações fluídas e sincretismo. Acontece que foi justamente na elite que esse movimento encontrou mais resistência (BARROS, 1974).

A maçonaria era amplamente difundida no país, existindo inclusive vários clérigos católicos iniciados na maçonaria, a exemplo de Frei Caneca, morto em 1824 por causa de sua liderança na Confederação do Equador, movimento precursor do republicanismo em Pernambuco. Eis que em 1864 a carta encíclica Syllabus é

promulgada pelo Papa Pio IX, cujo conteúdo versa sobre supostos erros da civilização moderna, condenando ideologias liberais no sentido cultural e religioso, a saber, o panteísmo, o naturalismo, o racionalismo, o socialismo e a maçonaria (BARROS, 1974).

Ainda de acordo com Rocha Spencer de Barros (1974), a contradição desenvolve-se não perdendo de vista o chamado padroado. Tal instituição garantia ao Imperador poder de decisão em vários assuntos eclesiásticos, como o estabelecimento de ordens religiosas e a ordenação de bispos. Ao passo que no Brasil se reconhecia esse poder herdado do padroado régio de Portugal, também tomava forma o chamado ultramontanismo – doutrina católica que buscava em Roma sua maior referência, almejando limitar ao máximo os poderes fragmentários regionalistas e afirmar as prerrogativas papais em matéria de disciplina e fé. A situação atingiu seu ápice quando dois bispos, Dom Vital e Dom Macedo Costa, respectivamente de Belém e de Olinda, impediram maçons de pertencerem a irmandades, os excluíram do sacramento da absolvição e proibiram de serem sepultados em cemitério católico, acatando a determinações da Igreja que seriam também objeto do crivo do poder secular, do padroado. Acusados de desrespeito à Constituição do Império, os dois bispos foram presos e condenados a trabalhos forçados. Ainda para Barros (1974), o desfecho da questão teve o protagonismo de um veterano de renome da Guerra do Paraguai. Duque de Caxias forma um gabinete a convite do Imperador, com a condição de que os bispos fossem anistiados, o que aconteceu em setembro de 1875.

5.2.2 A Questão Militar

A crise do trabalho escravo abriu as portas para a crise do regime imperial. A crise do Estado imperial foi uma crise de hegemonia, com a classe senhorial escravista perdendo sua capacidade de se manter como dirigente.

Nesse contexto, a Questão Militar desempenhou um papel importante. A Questão Militar foi uma série de episódios que ocorreram durante a crise do Império, envolvendo confrontos e tensões entre setores militares e o governo imperial. A insatisfação dos militares com o tratamento recebido do governo, como baixos salários e promoções demoradas, e o desejo de expressão política na imprensa foram algumas das principais causas dessa crise (NASCIMENTO, 2009).

Hebe Mattos (2012) expõe que um dos episódios relevantes foi o acontecimento envolvendo Sena Madureira, que já vinha se posicionando contra a contribuição ao montepio militar. Em 1884, ele recebeu com honrarias na Escola de Tiro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, o herói do movimento abolicionista do Ceará, Francisco do Nascimento. No entanto, logo após o evento, Sena Madureira foi destituído do cargo por ter se pronunciado contra o regime escravista, apoiando uma figura que representava a subversão do sistema político.

Esse episódio demonstra como a Questão Militar se tornou um fator mobilizador para uma parcela da oficialidade, tendo a imprensa republicana desempenhado um papel ativo ao incorporar as demandas dos militares e aproveitar os embates entre militares e governo para promover a causa republicana (NASCIMENTO, 2009).

5.2.3 Baile da Ilha Fiscal: um símbolo

O Baile da Ilha Fiscal simbolizou o último suspiro do Império. Assim como se costuma pensar na monarquia na França pré-revolucionária tendo em mente seu aspecto pomposo – bailes, coquetéis, tecidos finos, palácios luxuosos, jardins suntuosos, dentre outros deleites exclusivos à nobreza –, a família real e os demais membros da nobreza imperial brasileira também passavam uma imagem de vida fácil às custas do povo. Não vem ao caso investigar o quanto disso se comprovou na realidade, mas é um fato que os jornalistas, panfletários e ativistas antimonárquicos, em ambos os casos históricos citados, exploraram essa imagem da monarquia para sufocá-la diante da opinião pública. No caso do baile organizado na Ilha Fiscal no dia 9 de novembro de 1889, em homenagem aos oficiais do navio chileno Almirante Cochrane, afinal, tornou-se emblemático: intencionava-se demonstrar a pujança do Império, reforçando sua força política, mas os esforços do Visconde de Ouro Preto resultaram no último ato do Império, pois simultaneamente, no Clube Militar, Benjamin Constant e outros republicanos maquinavam a queda do Império (SILVA, 1975).

No amanhecer do dia 15 de novembro, o gabinete de Ouro Preto foi derrubado e o ministro foi preso. Tratava-se de um movimento militar com o intuito justamente de derrubar o gabinete, porém no decorrer daquele dia os agitadores em prol da tese republicana, tal como Benjamin Constant, propuseram a Deodoro a instauração da república. Inicialmente resistente, Deodoro aceitou e no dia seguinte

os jornais veiculavam a notícia de que o Brasil não era mais uma monarquia (CASALECCHI, 1992).

6 A PRIMEIRA CONSOLIDAÇÃO: ESPADA

Apesar da versão de historiadores sobre a improvisação militar em que consistiu a proclamação, não se pode atribuir o surgimento da república simplesmente a um golpe militar, pois desde 1870 houve uma maciça propaganda republicana, não só nas instituições militares, mas na imprensa, que fez os novos ideais espalharem-se, gradualmente, por todo o país. Os membros da elite pouco a pouco aderiram ao ideário, mesmo que boa parte deles tenham sido republicanos de última hora, provindos tanto do Partido Liberal, quanto do conservador. Conforme Emília Viotti da Costa (1999), a mesma elite que se declarava liberal e falava em democracia, aproximavam-se dos militares, apontando-os como o messias da hora presente.

Evidentemente que a versão dos vencidos, os monarquistas e os civilistas liberais, daria uma conotação nada positiva acerca da participação dos militares nos primeiros anos da República. Mas quando a ordem e a segurança pública estavam em perigo, leia-se a defesa da propriedade e dos privilégios das classes dominantes, muitos insuspeitos democratas batiam às portas dos quartéis invocando os militares “como salvadores do momento que transformam a espada em talismã” (COSTA, 1999, p. 403).

A percepção, logo comprovada na realidade, era de que as estruturas de poder mudariam, mas a elite se manteria no poder, mais confortavelmente assentada nos quadros governamentais sem o peso da Coroa a ofuscar seu protagonismo.

6.1 BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE O GOVERNO DEODORO

Deodoro da Fonseca, militar alagoano, destacou-se ao admitir ser a figura-chave da instauração da república. Não era um republicano histórico; era adepto do abolicionismo, tomando partido em favor dos militares punidos na chamada Questão Militar. De última hora, aceitou transformar o golpe contra o gabinete do Visconde de Ouro Preto em golpe contra a monarquia, episódio no qual foi proclamada a república.

A república foi instaurada como resultado da ação de republicanos de três vertentes: os republicanos históricos, a ala moderada e a ala radical. Uma vez no poder, Deodoro precisava aglutinar as diferentes forças num quadro ministerial que

as representasse, de forma a amenizar pressões políticas, conforme informa Margarida de Souza Neves (2018).

A composição do ministério do governo provisório, presidido por Deodoro, demonstra a necessidade de abrigar, no mais alto escalão do primeiro governo da República, representantes de tendências muito diferenciadas e das mais variadas latitudes republicanas. “Compunham esse primeiro ministério, na pasta da Justiça, o paulista Campos Sales, o mesmo que mais tarde, como presidente eleito, assentaria as bases da República Velha e que, nas primeiras horas do novo regime, fora chamado para garantir o apoio dos cafeicultores paulistas; à frente do Ministério da Fazenda estava o baiano Rui Barbosa, que poucos meses antes abandonara o Partido Liberal por considerar a defesa do federalismo mais importante que a fidelidade à monarquia. Também estavam presentes dois republicanos históricos, signatários do Manifesto de 1870, o moderado Quintino Bocaiuva, na pasta das Relações Exteriores, e, no Ministério do Interior, Aristides da Silveira Lobo, o jornalista paraibano e republicano da ala radical que afirmara, em 15 de novembro, ter o povo a tudo assistido bestializado. A pasta da Guerra coubera ao positivista Benjamin Constant Botelho de Magalhães, enquanto Eduardo Wandenkolk presidia a pasta da Marinha, uma força militar mais elitista que o Exército. Por fim, na pasta da Agricultura, Demétrio Ribeiro, um representante do Rio Grande do Sul, província que sempre se apresentara com características muito próprias no cenário político brasileiro (NEVES, 2018).

Segundo Saes (2005), no período de transição do Império para a República surgiu o chamado Deodorismo, cuja adesão significava apoio ao Marechal Deodoro da Fonseca. O termo "Deodorismo" refere-se ao movimento que defendia não somente a figura de Deodoro, mas também suas políticas, sendo o país comandado por uma liderança militar forte. Quando Deodoro é eleito presidente, sendo que desta vez não detém o cargo simplesmente em caráter provisório, sustentou-se em republicanos moderados e em parcela da antiga elite monárquica, representada no gabinete pelo Barão de Lucena. Ainda segundo Saes (2005), daí emerge o que constituiu o Deodorismo por excelência, pois o movimento encontra sua razão de ser no embate contra o Florianismo, movimento ao qual aderiram os opositores de Deodoro e apoiadores de Floriano Peixoto, na fase de decadência do prestígio do proclamador. Essa oposição florianista surgiu sobretudo devido à composição do ministério de Deodoro e à crise do encilhamento, dois elementos que eram encarados a contragosto por parcela dos republicanos.

O Deodorismo enfrentou oposição da elite cafeeira paulista, que era o principal setor econômico do país. A elite paulista ficou insatisfeita com o governo e liderou a oposição durante a Assembleia Constituinte, representada por Prudente de Moraes e outros membros do PRP. Os atritos entre Deodoro e os republicanos envolveram questões como a dupla soberania na Justiça e o casamento civil. Deodoro se opôs aos decretos de seu Ministro da Justiça, Campos Sales, que estabeleciam a dupla soberania na Justiça, ou seja, um poder judiciário federal e outro estadual. Essas divergências mostram que Deodoro, apesar de liderar o governo republicano, ainda tinha afinidades com a ordem monárquica (SAES, 2005).

6.1.1 Constituição e cidadania

A composição da Assembleia Constituinte, formada em 1890, também foi muitíssimo representativa das figuras que se encontravam no entorno do poder, conforme assinala Elio Chaves Flores (2018), no excerto a seguir.

Havia os históricos, assim denominados por defenderem a República desde os tempos da propaganda e do Manifesto de 1870; os adesistas, que passaram a ser desdenhados como republicanos de “undécima hora” ou de “16 de novembro”; e, não menos expressivos de uma transição, havia muitos monarquistas que retornavam ao Poder Legislativo com poderes especiais de constituintes republicanos. Alguns números são significativos dos segmentos sociais mais atuantes: 128 eram bacharéis, muitos dos quais filhos e representantes da classe senhorial e proprietária de terras; 55 eram militares, oriundos dos centros urbanos e dos setores médios da população; 38 eram monarquistas convictos que havia exercido cargos na Monarquia decaída (FLORES, 2018, p. 44).

O conteúdo da primeira constituição republicana do Brasil expressa a mentalidade do poder político reconfigurado nas mãos da elite. A organização federativa e o individualismo político e econômico, nos moldes da constituição dos Estados Unidos, indicam em que fonte os constituintes beberam (FLORES, 2018). Nesse novo período da história do país, as frações da elite decidiam mais diretamente os rumos, pois a Coroa fora extinta e grupos que exerciam enorme poder político, a exemplo da Igreja no regime do padroado, não mais eram legitimados. O Ministro da Justiça Campos Sales havia em 1890, antes de formada a constituinte, implementado a separação entre a Igreja e o Estado (MATTOS, 2012). Portanto, o centralismo sob

os gabinetes imperiais dava agora vez ao federalismo que tanto reforçou o poder dos estados, dominados por oligarquias (FLORES, 2018).

Sob a Constituição de 1891 os estados poderão legislar sobre qualquer tema que não lhes for vedado explicitamente pela União. Logo, instituir impostos de vários tipos, contratar empréstimos no estrangeiro, organizar as eleições e o poder judiciário, mobilizar força armada estadual, dentre outras prerrogativas, se tornam possíveis e comuns de serem aplicadas pelos estados da federação. Desse modo, criou-se uma estrutura a ser instrumentalizada posteriormente pela política dos governadores, concebendo o fenômeno do coronelismo num contexto de hipertrofia do poder estadual em detrimento de uma relação mais direta entre o poder local do município e a União (FLORES, 2018).

Em termos de representação política, a Primeira República apresentou pouca novidade em relação ao Império, contudo aglutinou nas discussões dois modelos opostos: a ditadura de molde positivista e o federalismo. Existia, de um lado, pois, a defesa de um estado forte, comandado por homens de ciência, de outro, o reclame pela autonomia dos estados, em tendência liberal. A constituição acabou por consagrar o presidencialismo, com mandatos de quatro anos, eleito por voto direto, mas a força das juntas apuradoras, culminada na Comissão Verificadora de Poderes, logo se mostrou a definidora de todo o quadro representativo (MATTOS, 2012). Em outro patamar, também os presidentes dos estados, ou governadores, passaram, assim como os prefeitos, a serem eleitos pelo voto direto, contudo as restrições eram tantas que a distância entre o poder e o povo se manteve, ou até aumentou, dando origem à aproximação entre os mandões locais e as oligarquias estaduais, em modelo de reciprocidade que seria característico da Primeira República (RESENDE, 2018).

Na Primeira República a extensão do direito dos cidadãos era limitada: os direitos individuais serviam a uma elite no poder; os direitos políticos eram restringidos pela legislação e pela fraude; os direitos sociais eram negados. A Constituição de 1891 não garante a cidadania plena à população, principalmente ao povo menos favorecido materialmente. José Murilo de Carvalho (2007), recorrendo ao sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall, aponta para a existência de uma ordem dos direitos conquistados pelos cidadãos. Em condições normais, existiriam primeiro os direitos individuais, com os quais se torna possível reivindicar os direitos políticos, estes sem os quais não se obteriam os direitos sociais. Tratando-se das primeiras décadas republicanas, nota-se que o cidadão não tem acesso aos referidos direitos,

sendo-lhe negado até mesmo um direito social que, de acordo com Marshall, precederia os individuais e políticos: a educação.

6.1.2 A tentativa de golpe

Em meio à crise do encilhamento, houve a consagração do voto direto pela primeira constituição republicana, mas assim que promulgada, organizou-se eleições indiretas, em disposições transitórias previstas pela Carta. Os constituintes se tornam, dessa maneira, os primeiros eleitores do Brasil República.

Tão logo é reconduzido ao poder, Deodoro vê-se no comando de um governo constitucional, o que lhe é novidade. Lidar bem com a oposição não se enquadra em seu feitio. Havia uma discordância crônica entre os congressistas, majoritariamente de tendência liberal, e a autoridade do presidente; os beneficiários das políticas do encilhamento não apreciavam a oposição do Congresso; a imprensa era ameaçada com restrições a sua liberdade de divulgação; os republicanos históricos, em especial os paulistas, não se sentiam à vontade com a república sendo governada por um militar. O impasse foi tamanho que Deodoro mandou dissolver o Congresso e decretar estado de sítio, o que violava a constituição recém promulgada. Dentre outros motivos, em manifesto próprio, o Marechal apontava para a existência de perigosos grupos de reformadores monarquistas. Seguida de reação generalizada, a maquinação golpista do presidente acabou por se revelar fracassada, pois a voracidade do descontentamento sufocou as poucas vozes de apoio, majoritariamente entre os governadores estaduais, à exceção do baiano Lauro Sodré. Enfim, em 23 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca decide renunciar, sendo a presidência passada a Floriano Peixoto, o vice (SAES, 2005).

6.2 BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE O GOVERNO FLORIANO PEIXOTO

6.2.1 Floriano e o florianismo

Floriano Peixoto era alagoano, nascido no seio de uma família pobre, mas sua criação ficou a cargo de seu tio, um coronel do Exército. Estudou em Maceió e passou sua adolescência no Rio de Janeiro, onde em 1857, aos 18 anos, ingressou

nas Forças Armadas. Lutou na Guerra do Paraguai, chegando a participar de importantes batalhas, como a de Tuiuti. Com o fim da Guerra, em 1870, é promovido a tenente-coronel, tendo novas promoções nos anos de 1874, passando a coronel, e 1883, tornando-se brigadeiro. Entre 1884 e 1885 exerce a função de presidente da província de Mato Grosso. Em julho de 1889, Floriano Peixoto chega ao posto de marechal de campo. (LEMOS, 2015).

Contudo, o divisor de águas de sua vida se deu quando, na manhã do dia 15 de novembro de 1889, mandado pelo chefe do Gabinete de Ministros, Visconde de Ouro Preto, a oferecer resistência às investidas golpistas, desacatou as ordens, tomando parte dos acontecimentos em favor dos republicanos. Nesse momento, entrou para a história sua resposta "sim, mas lá tínhamos pela frente inimigos e aqui somos todos brasileiros", quando lhe fora ordenado pelo visconde que atacasse as posições rebeldes (OURO PRETO, 1891). Daí em diante, foi um dos mais severos defensores da espada como solucionadora dos problemas nacionais. Afinal, aplicaria seu pensamento na condição de presidente, consolidando a república com base na repressão, na violência perpetrada pelo Estado. Apesar disso, angariou apoiadores tanto nas esferas de poder quanto nas ruas, sendo o populacho o mais engajado em sua defesa (LEMOS, 2015).

Para evitar a volta do regime monárquico, o apoio da bancada de São Paulo ao governo de Floriano Peixoto, aprovando no Congresso Nacional os atos do poder executivo, foi fundamental para o sufocamento das rebeliões realizadas pelos diferentes grupos que disputavam o poder após a Proclamação da República (FLORES, 2018).

De acordo com Guillaume Azevedo Marques de Saes (2005), o florianismo, no contexto dos anos de governo de Floriano, pode ser dividido em duas tendências: o florianismo de governo e o florianismo de rua. O florianismo de governo consistia naqueles que apoiavam organicamente a política do Marechal Floriano Peixoto. Essa vertente contava com o apoio de militares, políticos e membros do Partido Republicano Federal. Já o florianismo de rua estava ligado a grupos marginalizados da sociedade carioca, que se sentiam excluídos do jogo político convencional. Essa ala do florianismo era representada por grupos marginais e boêmios, que buscavam uma liderança autoritária acima das instituições políticas e da oligarquia.

O chamado jacobinismo desempenhou um papel importante no florianismo. Essa corrente política representava a ala mais radical do movimento e contribuiu para

a crescente radicalização do florianismo. O jacobinismo brasileiro, principalmente no Rio de Janeiro, foi responsável por aderir à liderança política de Floriano Peixoto e lutar pela defesa de seu governo. Composto em grande parte por militares, pequenos comerciantes, funcionários públicos e outros grupos marginalizados, o jacobinismo buscava uma liderança autoritária que se colocasse acima das instituições políticas e da oligarquia (SILVA, 2015).

6.2.2 Primeiras contestações: Revolta da Armada e Revolução Federalista

Torna-se premente mencionar superficialmente dois acontecimentos que marcaram o período do governo de Marechal Floriano Peixoto. Duas revoltas surgiram em diferentes regiões do país: a Revolta da Armada e a Revolução Federalista.

Segundo Élio Chaves Flores (2018), a Revolta da Armada aqui referida trata-se da segunda rebelião da armada, pois uma de menores dimensões havia acontecido no final do governo de Deodoro. Desta vez, no Rio de Janeiro sublevaram-se militares de alta patente da Marinha, reivindicando a realização de novas eleições para a presidência, visto que Floriano assumira sem ter sido eleito. As figuras de destaque foram o contra-almirante Custódio de Melo, o almirante Saldanha da Gama e o almirante Eduardo Wandenkolk, que lideraram o lado rebelde no conflito armado que se desencadeou na Baía da Guanabara. Houve muita destruição, por causa dos bombardeios dos revoltosos, mas por fim uma esquadra dos Estados Unidos sufocou o levante, bloqueando seus esforços. Contudo, uma parte dos insurretos rumaram ao sul, tentando em Desterro unificarem a revolta com as dos federalistas, sem obterem êxito.

A Revolução Federalista surgiu no Rio Grande do Sul como uma contestação à hegemonia política de Júlio de Castilhos, notório positivista. Destacou-se pela violência dos conflitos, fazendo conhecer a chamada “degola”, ato de cortar a garganta do adversário feito prisioneiro, praticado por ambos os lados. Os governistas, aliados de Júlio de Castilhos e do governo federal, chamavam-se pica-paus, ou chimangos, já os federalistas reuniam-se em torno de Gaspar da Silveira Martins, sendo chamados de maragatos.

Floriano Peixoto entrou para a história com a alcunha de Marechal de Ferro, elaborada por apoiadores, devido à força de sua repressão aos movimentos da Armada e da Revolução Federalista (LEMOS, 2015). Diversas personalidades da elite

de Desterro e de Curitiba, tais como o militar Barão do Batovi e o empresário Barão do Cerro Azul, respectivamente, foram mortas ao final do levante federalista, sob a forma de retaliação e para dar exemplo de como eram tratados os traidores do poder da União.

As revoltas ocorridas na primeira década republicana mostram que o processo de consolidação da jovem república foi repleto de percalços, não sendo uniforme a mentalidade e os objetivos dos grupos envolvidos. Além da elite, também camadas populares contestavam o rumo dos acontecimentos, a exemplo de Canudos, que será citado no capítulo 8. Contudo, nenhum dos movimentos obteve êxito na tomada do poder, ou na realização de seus propósitos de influenciarem o rumo dos acontecimentos. A União de fato consolidava-se, mesmo que encarasse recuos contestadores.

7 A SEGUNDA CONSOLIDAÇÃO: BUSCA PELA ESTABILIDADE OLIGÁRQUICA

A República que não foi; o teatro das oligarquias. Essas qualificações, uma de José Murilo de Carvalho (1991) e outra de Cláudia Viscardi (2001), mostram que o ideal de "dever ser", representado pelo sufrágio universal estabelecido na Constituição de 1891, foi suplantado pelos interesses reais das oligarquias.

7.1 BACHARELISMO OLIGÁRQUICO

A instauração da chamada república café com leite, já na esteira da república oligárquica, possui como característica a cultura bacharelesca. Portanto, se estabelecia também a república dos bacharéis, outro termo usado para nomear o período. O fato é que a tomada de poder pelos republicanos permitiu que o poder fosse permeado por figuras com formação semelhante. Depois dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, fica ainda mais evidente o fenômeno, quando membros da elite paulista e mineira articulam um modelo de república condizente com seus planos de consolidação republicana por meio da tentativa oligárquica de apaziguamento dos conflitos de natureza política (ADORNO, 1988).

A cultura bacharelesca no Brasil durante a Primeira República funcionava como um sistema em que os bacharéis buscavam empregos seguros na

administração pública, priorizando o ganha-pão em vez do progresso do país. Essa cultura era criticada por diversos intelectuais brasileiros, como João Ribeiro, Gilberto Freyre e os modernistas, que a consideravam responsável pelo atraso material e intelectual do Brasil. Eles buscavam uma nova postura para os homens públicos, valorizando a cultura nacional e promovendo transformações sociais e de mentalidades.

Para intelectuais como José Veríssimo, João Ribeiro, Curvello de Mendonça e vários outros, e também para os integrantes uma geração de técnicos, engenheiros e cientistas como Orville Derby, Euclides da Cunha, Rondon, entre outros, que demandavam uma nova postura aos homens públicos da República, o bacharelismo vai concentrar a parcela mais decisiva das responsabilidades do atraso material e intelectual do país, e a sua subalternidade no concerto internacional das nações. (...) O bacharelismo é apresentado como um projeto fútil, um talismã para os empregos públicos (DUTRA, 2005, pp. 179-180 apud FIGUEIRA, 2018, p. 4).

A cultura bacharelesca era vista como uma forma de artificialidade, imitação e falta de comprometimento com a causa pública do país. Como aponta Eliana de Freitas Dutra (2005 apud FIGUEIRA, 2018), a cultura bacharelesca era espécie de oportunismo. O bacharelismo do período pode ser comprovado, a título de exemplo, ao se tomar conhecimento sobre os dados biográficos dos homens que sucederam a Floriano Peixoto na presidência do país. Nos apêndices de A até D encontra-se exposto a trajetória dos quatro presidentes civis do período de 1895 a 1909.

7.2A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Durante a Império, a organização política nacional era regulada essencialmente pelo parlamentarismo e pelo poder moderador. O poder executivo era chefiado pelo presidente do Conselho de Ministros, também podendo ser chamado de presidente do Gabinete e primeiro-ministro. O postulante a esse cargo de proeminência era escolhido em eleição indireta pelo legislativo, cabendo à pessoa eleita formar seu gabinete, ou ministério, com membros da maioria na Câmara Federal. Na época, existia um Senado vitalício. O povo, por sua vez, tinha poder eleitoral reduzido, pois a renda, o sexo e a alfabetização influíam no direito de votar para os cargos submetidos à eleição direta. O sufrágio censitário vigorou em todo o

período monárquico, em que só votavam homens dotados de poder aquisitivo, tendo a Lei Saraiva, de 1881, adicionado mais um empecilho: os analfabetos não podiam mais votar (FAORO, 1975). O controle do poder político era exercido duplamente: pelo Legislativo e pelo Poder Moderador. Além de eleger o presidente do Conselho, o Legislativo poderia dissolver o gabinete, caso houvesse descontentamento legitimado pela maioria. Já o imperador, executor único do poder moderador, também podia dissolver o gabinete, e quando houvesse resistência no Legislativo, poderia dissolver o próprio Parlamento, com a intenção de formar nova maioria que estivesse de acordo com a sua política (FAORO, 1975).

Com a instauração da república, a elite política e econômica enxergou um problema: como exercer controle sobre as escolhas eletivas? Na era republicana, o presidencialismo passou a vigorar, e em vez de centralismo, o sistema político escolhido foi o federalismo, que há tanto tempo era defendido, mesmo por alguns grupos monarquistas. Contudo, tanto o federalismo, quanto os limites do poder pessoal do presidente eram conceitos discutidos, em torno dos quais surgiram disputas, nas quais, por vezes, a proteção ao federalismo passava pelo reforço do poder presidencial, a exemplo do governo de Artur Bernardes (LESSA, 1999).

Segundo Raymundo Faoro (1975), na república o poder moderador teve uma continuidade na prática, com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto exercendo, cada um à sua maneira, a moderação política mediante a espada. O “Poder Moderador, destruído o Senado vitalício e o Conselho de Estado, escarnar-se-á, sem quebra de continuidade, em Deodoro e Floriano” (FAORO, 1975, p. 637). Entretanto, faltava estabelecer uma configuração política que tornasse perene a moderação, pois o país não poderia viver para sempre numa ditadura.

Com o poder civil garantido por Prudente de Moraes, torna-se premente a elaboração de uma nova política, que é apresentada finalmente no governo de Campos Sales, com a chamada política dos governadores. Para Renato Lessa (1999), a política dos governadores configurou-se como espécie de substituto ao antigo poder moderador do Império. Se antes o imperador era o eleitor privilegiado, agora os governadores dos estados mais proeminentes, em especial São Paulo e Minas Gerais, eram os definidores dos rumos eleitorais.

Campos Sales, em sua posse, reafirma dois princípios básicos que em sua visão garantiriam a estabilidade da república. O primeiro versava sobre o quanto era indispensável estabelecer princípios que harmonizassem o poder executivo e o poder

legislativo, sem que houvesse ingerência de partidarismos. O segundo apresentava como prioridade absoluta a resolução de questões de natureza econômica e financeira, sendo preponderante a questão financeira, dado o altíssimo endividamento externo (RESENDE, 2018).

Era preciso antes normalizar a vida política, a fim de encontrar apoio e ficar livre para agir. Não mais se poderia deixar a espada guiar as ações, como da maneira de Deodoro e Floriano, nem se encontrava mais prestígio no civilismo, que não era mais novidade desde Prudente. Já antes da política dos governadores, Campos Sales recebera apoio do Congresso constituído no tempo de seu antecessor. Os representantes dos estados temiam que as oligarquias que representavam fossem substituídas pelas oligarquias opositoras mediante intervenção federal. Logo que assume, Campos Sales confirmou a manutenção dos acordos firmados durante o governo de Prudente de Moraes, o que acabou por conquistar o apoio dos congressistas às exigências parlamentares do governo. (CARONE, 1971)

Campos Sales intenciona com a política dos governadores articular o “arranjo político” que estabeleça relações de compromisso entre o executivo federal e os executivos estaduais, de modo a possibilitar a formação de um legislativo coeso no plano federal, que possa dar sustentação às políticas a serem implementadas em seu governo. Assim, Sales articula sua política iniciando com os três grandes colégios eleitorais do país: Minas Gerais, São Paulo e Bahia (RESENDE, 2018).

Campos Sales articula com os governadores um compromisso recíproco que pressupõe a não-intervenção do presidente nos assuntos políticos estaduais. Assim, os governos dos estados providenciam resultados eleitorais na composição do Congresso que sejam favoráveis aos intentos presidenciais. Por sua vez, o município se torna a base de articulação para o estado, ascendendo a figura do coronel ao protagonismo do poder político regionalizado (1998 apud NEVES, 2018).

A política dos governadores fortalece tanto o poder estadual quanto o do presidente, através da reciprocidade. Campos Sales representa a presença de São Paulo nas decisões políticas nacionais, num período de definição dos rumos republicanos. Em Minas Gerais, a inovação de Sales provoca a refundação do PRM, em 1897, por grupos estaduais que reúnem as diversas facções de coronéis. A diversidade de interesses, oriunda da fragmentada composição econômico-produtiva do estado, é institucionalizada no partido. Controlados os resultados eleitorais, a bancada mineira no Congresso Nacional passa a ter um comportamento

homogeneizado, em sincronia. Por outro lado, um estado importante, a Bahia, fica à mercê de disputas entre diferentes facções oligárquicas que mantêm o estado em instabilidade política duradoura (LESSA, 1999).

7.3 O CONTRAPESO NO EQUILÍBRIO REPUBLICANO

Os estados menores também acabam por desempenhar importante papel, adequando-se como um contrapeso na balança do poder. Resumidamente, a hierarquia dos estados da federação passava por seis planos.

Num plano mais elevado, São Paulo e Minas. Logo abaixo, o Rio de Janeiro com o Distrito Federal, seguido, quase no mesmo plano, ainda que por distintas razões, da Bahia e do Rio Grande do Sul. Depois o bloco das principais oligarquias nordestinas. Um pouco mais abaixo, os estados do Norte, o Paraná e Santa Catarina. Depois ainda o Mato Grosso e Goiás. E no plano da menor ponderação política, estados como o Sergipe e Piauí. Ao poder federal competia, despolitizada a capital federal e mantidas sob rédea curta as multidões das cidades, governar os ventos políticos para que não se embaçassem os tênues fios que uniam os diferentes interesses políticos e não se rompesse o frágil, complexo e – a seu modo – eficiente equilíbrio sobre o qual repousava a República (NEVES, 2018, p. 36).

Importante acrescentar que Claudia Viscardi (2001) contesta a visão de que a política dos governadores trouxe estabilidade à república. Segundo ela, na verdade foi a instabilidade dos maiores estados, São Paulo e Minas Gerais, que garantiu a relevância dos estados menores, evitando o controle hegemônico do café com leite na política nacional.

No contexto da importância dos estados de segunda grandeza, a liderança do gaúcho Pinheiro Machado foi destacada. Pinheiro Machado, na visão de Edgar Carone (1971) e Raymundo Faoro (1975), era o principal articulador da política dos governadores. Vinda de um estado que conseguia posicionar-se — ombro a ombro com a Bahia, o Rio de Janeiro e Pernambuco — como um estado de segunda grandeza, essa figura é considerada por alguns estudiosos como sendo o grande articulador político da Primeira República. Nos bastidores da política, sua influência era imbatível: exercia controle sobre a Comissão Verificadora dos Poderes, que dava aval ao resultado eleitoral. Foi mediante sua influência que se tornou possível a sucessão a Nilo Peçanha. O Marechal Hermes da Fonseca foi indicado e eleito, por

articulação ampla, derivada da sugestão inicial de Pinheiro Machado a Borges de Medeiros, governador gaúcho, que aceitou a indicação em momento de estranhamento entre setores oligárquicos (VELEZ, 2000).

O castilhismo tentava ascender à esfera política nacional mediante influência de Pinheiro Machado, senador de 1890 a 1915, tendo sido vice-presidente do Senado em duas ocasiões. Defensor de um presidencialismo forte, em caráter antiparlamentarista, o político gaúcho expressava nacionalmente os ideais que vieram à tona pela influência de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. Largamente inspirado no positivismo, a ideologia castilhista evocava a ordem social, como sintetiza o autor Ricardo Vélez (2000, p. 149):

Enquanto para o pensamento liberal o bem público resultava da preservação dos interesses dos indivíduos que abrangiam basicamente a propriedade privada e a liberdade de intercâmbio, bem como as chamadas liberdades civis, para Castilhos o bem público ultrapassava os limites dos interesses materiais dos indivíduos, para tornar-se impessoal e espiritual. O bem público se dá na sociedade moralizada por um Estado forte, que impõe o desinteresse individual em benefício do bem-estar da coletividade”. Assim, a função estatal passa a ser moralizar a sociedade, torná-la virtuosa, na acepção positivista do termo. Nesse contexto, o interesse pessoal constitui pura e simples imoralidade.

Pinheiro Machado era conservador, representando uma base sólida na tentativa de consolidação republicana. Defendia ferrenhamente a Constituição de 1891, posicionando-se contra quaisquer reformas constitucionais, julgando-as prematuras. Sua visão antiparlamentarista, expressa tão claramente nos mandos e desmandos da Comissão Verificadora de Poderes, cai como uma luva na política de sustentação do poder presidencial mediante aval automático dos estados, que Campos Sales buscava promover. Contudo, Machado não deixava de exercer sua autonomia, tentando elevar seu estado ao protagonismo nacional e reconhecendo em si mesmo como figura de destaque, merecedora. Era portanto, perante a dinâmica política republicana, um “contraforte externo”, pressionando os acontecimentos através de sua capacidade articuladora, mas jamais maquinando contra governos legitimamente constituídos (VELEZ, 2000).

Campos Sales, sendo um republicano histórico, membro do PRP, compõe um grupo que, na república, também tende ao conservadorismo. É possível admitir o conjunto de suas ações no governo, tendo em vista a política dos governadores, como

uma segunda consolidação da república, após a primeira consolidação, sob Floriano Peixoto, de caráter militarista. Contudo, garantir a solidez da república só foi possível por causa da conservação das elites no poder. Se antes, as oligarquias paulistas — feito as parcelas das oligarquias de todo o Brasil — apoiam Floriano, com Campos Sales, a oligarquização do poder político no Brasil torna-se o trunfo para a estabilidade (FLORES, 2018).

7.4O CORONELISMO

No mesmo contexto político em que se situa a política dos governadores, observa-se um dos fenômenos mais citados por estudiosos da Primeira República: o coronelismo. Este termo figura-se entre os elementos fundamentais para uma boa compreensão sobre o período. Não se pode reduzir a Primeira República à mera prática coronelista, mas ela constituiu um fenômeno que, mais do que qualquer outro, representou a capilaridade do poder republicano. Ao longo do tempo, visões complementares e novas abordagens surgiram, contudo, o trabalho mais completo acerca do tema continua sendo o do jurista Victor Nunes Leal (2012), que em 1948 publica *Coronelismo, Enxada e Voto*, obra oriunda de sua tese defendida para que ingressasse no corpo docente da antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Leal (2012) apresenta o coronelismo como fenômeno de extrema importância na Primeira República. Foi, pois, ao mesmo tempo um fenômeno e uma ferramenta. Evoluiu de bases já estabelecidas, feito o mandonismo local, e acabou constituindo uma fina relação de reciprocidade entre o governo estadual e o município. A troca de favores ligava o estado à União, na chamada Política dos Governadores, ao passo que ligava o município ao estado, na dinâmica coronelista. Assim, criava-se uma dependência mútua entre o poder público e o coronel.

Para Leal (2012), o coronelismo é um conceito teoricamente restrito e historicamente vinculado. Trata-se da barganha existente entre um poder público cada vez mais fortalecido e um poder privado decadente, representado principalmente pelos grandes proprietários de terra, no âmbito da Primeira República Brasileira. O coronel era um sujeito que exercia liderança política local, tentando controlar rigidamente as eleições, as nomeações e todo o acesso dos cidadãos à vida política. O termo “coronel” deriva do nome dado à posição hierárquica que ocupavam os

antigos líderes da Guarda Nacional. Outrora uma posição de prestígio, o coronel das primeiras décadas republicanas se encontrava reduzido a um intermediário, que fazia a vez de chefe político local de modo extraoficial, mesmo que ocupasse oficialmente a prefeitura, pois era escassa a autonomia legal do município.

O coronelismo moldou-se pelo avanço da democracia representativa numa estrutura social arcaica, firmando seu domínio na forma de um falseamento da representação. Uma vez estabelecida a base da estrutura fundiária brasileira nos primeiros tempos coloniais – com as capitânicas hereditárias e o sistema de sesmarias –, o povoamento, o modo de produção, a divisão do trabalho evoluíram acomodados a essa realidade socioeconômica. Na Primeira República havia grandes contingentes que habitavam as fazendas, tanto na qualidade de empregados, quanto submetidos ao regime de colonato, existindo por parte do proprietário um relativo domínio sobre os corpos e as mentes dos que se encontravam sob sua tutela. Não se tratava mais de um regime escravista, contudo persistia uma forma de organização social desigual e obsoleta, na qual o Estado ou era ausente, ou legitimava a sub-representação de tipo patrimonialista (LEAL, 2012).

O coronel sacrificava a autonomia do município para manter seu poder. Na maioria absoluta das vezes apoiava os candidatos da situação, com evidente interesse de ter atendidos os seus reclames. A concorrência existente era a disputa que comprovaria qual dos coronéis apoiava mais o oficialismo estadual, num sistema de bajulação que ignorava os ideais políticos em prol da manutenção hierárquica. Assim, o coronel garantia, para seu município, o suporte do estado para os melhoramentos locais que lhe eram fundamentais para manter-se popular. Conseguia a verba para a construção de estradas, escolas, unidades de atendimento hospitalar, dentre outras realizações. Entretanto, seu poder de barganha lhe permitia, em especial, que pudesse arrebanhar os “afilhados” para preencher a “gamela municipal”, e até cargos estaduais e federais, afinal, no interior não se dividia as funções de natureza técnica das de natureza política. Tal costume consagrou-se na ciência política com o nome de “filhotismo”. Por fim, os coronéis teriam controle sobre a máquina pública, cujos recursos seriam importantes para as campanhas eleitorais, que além de violentas, eram onerosas (LEAL, 2012).

O voto de cabresto era a regra. Nas regiões interioranas era comum que os sujeitos paupérrimos, das terras ou das imediações das propriedades dos coronéis, recorressem ao chefe local em momentos de apuro: por possuir terra, o coronel tinha

acesso a bancos. Porém, boa parte dos coronéis era apenas remediada, sem dotarem de vultosas quantias em termos pecuniários, e sim na forma de produção de gêneros alimentícios, por exemplo. Sua maior riqueza era a terra, que por vezes era infértil. Sendo assim, as pessoas, vulneráveis e indiferentes politicamente, que pediam guarida ao chefe local, tudo deviam a quem tanto lhes deu. Este tanto poderia ser uma simples ferramenta ou medicamento, o que já era muito significativo para aquela massa desassistida (LEAL, 2012).

Pode-se levantar questionamentos quanto à validade das teses do trabalho de Victor Nunes Leal, permitindo-se dizer que as investidas controladoras dos coronéis não eram fundamentalmente eleitoreiras, afinal qual grau de importância teriam as eleições num momento da história do país em que os analfabetos, constituindo a maior parte da população, não tinham direito ao voto? Contudo, José Murilo de Carvalho (1990 apud MATTOS, 2012) destaca que o controle do curral eleitoral era importante pelo menos no que tange às disputas entre coronéis. Além do prestígio, o chefe político local precisava mostrar ao governo estadual que dispunha também de homens em suas fileiras, os quais não hesitariam em pegar em armas em situação de conflito intraoligárquico, cujas tensões capilares chegavam aos municípios.

Nos tempos coloniais, a rebeldia do chefe local era o que aumentava sua influência. Já na Primeira República, o inverso se observa: não mais a rebeldia, mas a fidelidade é prestigiada.

8 O BRASIL EM AGITO: DISPUTAS E CONTESTAÇÕES

Durante a Primeira República no Brasil, houve disputas internas entre as oligarquias que dominavam a política do país. Essas oligarquias eram compostas por grupos de poder econômico e político, geralmente ligados à produção de café, que exerciam influência sobre os governos estaduais e buscavam manter seu controle sobre o poder da União.

De igual modo, as transformações acontecidas no Brasil não se passaram sem gerar reações populares. No campo, o fim da escravidão, a abrupta mudança da monarquia para a república, a questão das terras e a ascensão, queda e metamorfose do poder dos coronéis proporcionaram o surgimento do messianismo. No meio urbano, o crescimento das cidades, a instalação de indústrias, a urbanização por via

de reformas urbanas higienistas foram, geralmente, impulsos para a eclosão de conflitos sociais. Mesmo que a estrutura política elaborada na Primeira República impusesse restrições à participação popular, aconteceram revoltas mais ou menos organizadas, que colocam o período como uma etapa no desenvolvimento da cidadania no Brasil.

A abolição da escravidão repercutiu de três formas. Primeiramente, surgiu a reivindicação de indenização por parte dos fazendeiros, uma vez que os escravos, sendo meros objetos sob sua propriedade, representavam capital investido na produção. Com a extinção da instituição escravocrata, uma parte de seus patrimônios foram subtraídos. Esse choque gerou inclusive convertidos de última hora ao republicanismo (CASALECCHI, 1992). Contudo, e aí soma-se mais uma forma de repercussão da Lei Áurea, os capitais foram liberados, ou seja, a impossibilidade de adquirir e manter escravos fez com que o capital outrora direcionado para esse comércio se escoasse para outros setores, do mesmo como, nas fazendas, os proprietários passaram a não mais ter o capital imobilizado na aquisição e nos cuidados de seu patrimônio escravo (FURTADO, 1987). A abolição, logo, teve uma terceira repercussão: a migração. Por um lado, novo impulso se deu no emprego da mão de obra estrangeira nas fazendas, por outro, os libertos dos grilhões de seus senhores emigraram para as cidades, constituindo guinada no inchaço das cidades e no aumento da mão de obra disponível para os empregos urbanos.

8.1 CAMPANHA CIVILISTA, HERMISMO E SALVAÇÕES

Uma das disputas intraoligárquicas mais significativas originou a Campanha Civilista, oriunda da falta de consenso entre as oligarquias sobre quem deveria ser apoiado como candidato presidencial em 1910. Uma parte da elite apoiava Hermes da Fonseca, um militar, enquanto outra parte apoiava Rui Barbosa, renomado intelectual e político experiente, embora com manchas em sua reputação como administrador público, por causa de seu comando do Ministério da Fazenda durante o governo de Deodoro da Fonseca.

A Campanha Civilista defendia o federalismo, ou seja, a autonomia dos estados, velha bandeira de Rui Barbosa. Em seus discursos, ele insistia que o Brasil estava sofrendo uma degeneração do governo nacional, que havia trocado a

soberania do povo pela soberania militar. A chamada soberania do povo era um velho dogma liberal, mas jamais aplicada na Primeira República, mesmo por quem adotava o liberalismo como ideário. O intuito dos civilistas era republicanizar o país, fortalecendo as instituições civis e limitando a influência dos militares na política. Existia também uma insatisfação com a política dos governadores. Esse sistema fortalecia a hegemonia dos governadores e enfraquecia a participação popular nas decisões políticas. Rui Barbosa argumentava que o país precisava se republicanizar verdadeiramente, restaurando a autonomia federativa dos estados e combatendo a influência militar na política (FLORES, 2018).

A Campanha Civilista foi pioneira no jeito de fazer campanha eleitoral no Brasil. Rui Barbosa percorreu o país, realizando discursos e comícios, em busca de apoio popular. Essa abordagem mais próxima da população e a mobilização das massas foram características marcantes da campanha, que buscava conquistar os eleitores urbanos e promover a participação popular nas decisões políticas. Durante a campanha, ele contou com o apoio de diversos setores da sociedade, incluindo intelectuais, profissionais liberais e membros da classe média. Ele defendia a necessidade de um governo que garantisse a estabilidade política e econômica do país (MATTOS, 2012).

Apesar de não ter alcançado a vitória eleitoral, a Campanha Civilista contribuiu para o debate político no país e para a conscientização sobre a importância da participação popular e do fortalecimento das instituições democráticas. O movimento influenciou futuras lutas políticas no Brasil, que buscaram aprimorar as instituições republicanas e promover uma maior participação popular, em especial uma maior representação da classe média, na política do país.

Um candidato improvável, levando em consideração o cenário dos anos anteriores, acabaria saindo vencedor na disputa de 1910. O hermismo acabou se transformando numa relevante corrente de opinião no Brasil, liderado pelo Marechal Hermes da Fonseca. Esse movimento tinha como objetivo principal a eleição de Hermes como presidente e defendia uma série de propostas e ideais que buscavam promover o desenvolvimento do país (CUNHA, 1976).

Uma das principais características do hermismo era a sua ligação com o militarismo. No entanto, o hermismo não se limitava apenas aos militares, mas também contava com o apoio de parcelas de outros setores da sociedade. Em declarações, Hermes defendia a preservação dos princípios republicanos e

democráticos, como a liberdade individual, a soberania nacional e a unidade do país. Além disso, propunha a expansão da educação como forma de promover o desenvolvimento da nação e fornecer mão de obra qualificada, também reconhecendo na educação uma oportunidade crucial de fomentar o patriotismo (CUNHA, 1976).

No âmbito econômico, o hermismo buscava diversificar a produção nacional e fortalecer a economia do país. Propunha medidas para o desenvolvimento da agricultura, comércio e indústria, visando tornar o Brasil mais competitivo no cenário internacional. Essa postura não destoava do que o próprio civilismo defendia. Em relação à política, o hermismo era adepto da divisão de poderes e reconhecia a importância do Legislativo na elaboração das leis. No entanto, também reconhecia a necessidade de uma liderança forte por parte do presidente, que seria responsável pela administração e governo do país (CUNHA, 1976).

Nota-se que as duas tendências, o civilismo e o hermismo, não se diferenciavam agudamente no que tange ao ideário das propostas, contudo entraram para a história como antagônicas por causa da campanha eleitoral ativa de Rui Barbosa, que colecionava declarações pondo em xeque a credibilidade do adversário. Com a vitória eleitoral de Hermes e sua subida ao poder, seu modo de governar acabou por dar razão a muitas das críticas de seu opositor. Surgia o salvacionismo.

A política das salvação ocorreu entre 1911 e 1912 com o objetivo de renovar a política dominada por setores oligárquicos. O discurso dos apoiadores de Hermes da Fonseca era que se eliminaria as oligarquias, mas na verdade elas só foram substituídas. Foi um período de intervenção militar, principalmente por oficiais do Exército, que se apresentavam como candidatos oficiais ou apoiavam candidatos de oposição. As salvação foram concentradas principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, onde as políticas personalistas eram mais fortes. As ações envolveram confrontos políticos diretos, apoio a candidatos de oposição e até mesmo o uso de expedientes não legais e violentos para garantir a vitória dos candidatos salvacionistas (QUARESMA, 1999).

Embora as salvação tenham promovido um revezamento das oligarquias, elas não eliminaram o domínio oligárquico. No entanto, deixaram marcas profundas na política brasileira. Revelaram a participação efetiva de setores do Exército na política nacional, levantaram questionamentos sobre os rumos do regime republicano, evidenciaram o descontentamento com a política personalista e abriram o debate sobre a participação militar na política brasileira. Além disso, as salvação também

destacaram a participação popular nas lutas políticas contra o domínio oligárquico (QUARESMA, 1999).

8.2 O TENENTISMO COMO FORÇA DE CONTESTAÇÃO

Em contraste com o descaso em relação aos assuntos públicos, observado durante a Política dos Governadores, o coronelismo e o domínio das oligarquias, surgiu o Tenentismo. Esse movimento expressava o descontentamento de uma parte das Forças Armadas. O Tenentismo ganhou importância como um movimento de contestação significativo, protagonizando eventos marcantes na chamada "crise dos anos 20" no Brasil da Primeira República.

Três acontecimentos devem ser citados como precursores da crise política que se instalou no Brasil na década de 1920. O primeiro deles foi citado anteriormente. Com a cisão oligárquica de 1912, a disputa eleitoral daquele ano representou a formação de dois grupos: os civilistas, apoiadores do candidato vencido Rui Barbosa, concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro; e os hermetistas, formado por militares e apoiadores civis do candidato vencedor do pleito, Hermes da Fonseca, concentrados nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em segundo lugar, uma outra campanha presidencial mostrou-se competitiva, mostrando a falta de união entre as oligarquias: a de 1919, em que disputaram Rui Barbosa e Epitácio Pessoa, vencendo este último. Em terceiro lugar, a Reação Republicana de 1922, movimento surgido nas eleições daquele ano, defendendo o candidato Nilo Peçanha, representante das oligarquias do estado do Rio de Janeiro, e Artur Bernardes, apoiado pelas oligarquias paulistas (CARONE, 1989).

Edgar Carone (1975) divide a atuação do movimento tenentista em duas fases: a primeira de 1922 a 1927; a segunda de 1927 a 1935. A primeira fase seria a do ímpeto violento, em que há insurreições feitas a dos 18 do Forte de Copacabana, a Revolução Paulista de 1924, as colunas paulista e gaúcha, e a coluna Prestes. A segunda fase é da tentativa de aliança com as oligarquias dissidentes e a ligeira acomodação no governo instaurado após a Revolução de 1930.

A primeira fase se inicia durante a disputa eleitoral de 1922, no chamado episódio das Cartas Falsas. Artur Bernardes supostamente teria escrito cartas nas quais difamava o militar e ex-presidente Hermes da Fonseca, figura muito prestigiada. Foram consideradas falsas logo depois, mas o impacto já se sentia: setores militares

se sentiam ofendidos e prometiam pressionar o Congresso para que não houvesse a posse de Artur Bernardes caso vencesse o pleito, o que causaria um impacto negativo nas oligarquias dominantes. Os militares acabaram se dividindo entre legalistas e revoltosos, sendo os primeiros, a ampla maioria, defensores da ordem, e o segundo grupo adepto da ideia de usar as armas na ocasião. Os tenentes revoltosos viam Hermes da Fonseca como líder (SODRÉ, 1985).

Em 2 de julho de 1922 Hermes da Fonseca foi preso, pois em telegrama orientou soldados a não reprimirem as manifestações contrárias ao resultado eleitoral que elegeu Artur Bernardes. Três dias depois, em 5 de julho, estourou no Rio de Janeiro a revolta do Forte de Copacabana, e os levantes da Vila Militar e da Escola Militar, manifestações de insubordinação de tenentes e praças do Exército, buscando defender a honra de Hermes. Foram sufocadas rapidamente, e dos tenentes do Forte de Copacabana só sobreviveram dois: Eduardo Gomes, futuro brigadeiro e candidato duas vezes à presidência da república após o Estado Novo, e Siqueira Campos (CARONE, 1989).

Artur Bernardes foi empossado em 15 de novembro de 1922, sob Estado de Sítio solicitado por Epitácio Pessoa ao Congresso. Manteve o Estado de Sítio em vários estados durante quase todo seu governo, restringindo a liberdade de imprensa, fazendo intervenções federais nos estados, mandando efetuar prisões e combatendo seus inimigos políticos. Também se indisputou internacionalmente, solicitando a saída do Brasil em 1926 da Liga das Nações, instituição precursora da ONU. Seu governo, a pretexto de combater insurgências locais, foi o principal responsável pelo recrudescimento do poder presidencial no período final da Primeira República, num contexto em que tanto a oposição quanto os integrantes do governo federal eram influenciados por autores nacionais e estrangeiros, de pensamento autoritário, críticos do liberalismo (FAUSTO, 2001).

Em 5 de julho de 1924, data em clara homenagem ao movimento de 1922, começa um levante em São Paulo, sob o comando do general reformado Isidoro Dias Lopes. Ficou registrada na história como Revolução Paulista de 1924, ou Revolução do Isidoro. Os oficiais e soldados revoltosos expulsaram o governador e defenderam a cidade contra ataques das forças legalistas. Dentre outras coisas, houve saques, o que transformou a situação num caos. Sufocado o movimento na cidade de São Paulo, outros focos surgiram e muitos oficiais percorreram longas distâncias por vários estados brasileiros, formando com oficiais revoltosos do Rio Grande do Sul a Coluna

Miguel Costa-Prestes, que de 1924 a 1927 percorreu 25 mil quilômetros em 13 estados brasileiros, combatendo forças locais e, de forma desorganizada, tentando estimular sublevações populares (CARONE, 1989).

As reações ao status quo da Primeira República surgem uma após a outra, desembocando no tenentismo, e nesse contexto, a Revolução de 1930 encerrou o período como uma resposta civil-militar de uma parcela de setores oligárquicos. Do evento dos 18 do Forte até a Revolução de 30 passou-se menos de uma década. Nesse período o tenentismo cresce, para logo perder fôlego. Mas as ameaças de ruptura acabaram por influenciar a formação de uma nova mentalidade: a consciência que por um lado tão somente ansiava por reformismos, e por outro tolerava a descontinuidade institucional. De certo modo uma revolução incompleta, o movimento de 1930, nesse ínterim, produziu não apenas a descontinuidade, mas gerou o reformismo dentro da ordem — uma ordem diferente da anterior, mas ainda assim dotada de instituições, em sua maioria outorgadas, embora em várias ocasiões fossem legitimadas pelo apoio popular. Essa aparente contradição é mais uma manifestação de contrastes, reflexo de uma complexidade, do que uma incongruência. Para tanto, as interpretações sobre o período se chocam.

Em *O Sentido do Tenentismo*, Virgínio Santa Rosa (1976) encontra na classe média a autoria da Revolução de 30, pois ela compunha uma pequena burguesia que aderira ao tenentismo. Com o ensejo da ruptura intraoligárquica nas eleições de 1929, o movimento alcançaria êxito.

Em interpretação mais distante temporalmente do calor dos acontecimentos, Nelson Werneck Sodré (1962) reafirma a importância da ruptura acontecida entre setores oligárquicos, mas enxerga na fração industrial a vencedora da disputa pelo poder em 1930. Os representantes das indústrias teriam se alçado ao controle do Estado, conciliados às classes médias urbanas, em detrimento do setor agrário-exportador, dominante na Primeira República. Sodré (1962) considera as ações levadas à cabo pelos tenentistas como diretamente relacionadas com a ruptura de 1930.

8.3 MESSIANISMO: REVOLTA NO BRASIL RURAL

Nos tempos coloniais e imperiais, a concentração de terra era basicamente o que determinava o poder político. Desde os tempos das capitânicas, grandes

contingentes populacionais tinham na distribuição da terra a estrutura básica de seu modo de vida. Sendo a terra subordinada à posse de poucos homens, o povo enquadrava-se como mão de obra, seja na condição de escravos, seja como trabalhador livre. Com as novas correntes imigratórias para o Brasil e a abolição da escravidão, mais e mais pessoas qualificavam-se como trabalhadores livres, permanecendo a fazenda como unidade fundamental da organização da vida social no campo (PRADO JUNIOR, 2006).

O acesso à terra era restrito e regulamentado por legislações próprias. Em 1850, a Lei das Terras proibiu a ocupação das terras devolutas que não fossem compradas. Em 1888, com a Lei Áurea, os fazendeiros que se sentiram lesados se mobilizaram em tentativa de assegurar o monopólio sobre a terra, o que se concretizou em 1891. A primeira constituição do regime republicano, enfim, estabeleceu que o controle das terras devolutas deveria ser passado da União para os estados, cujos governos eram dominados por oligarquias oriundas do poder sobre a terra. Nessa conjuntura, era de se esperar que surgisse uma oposição entre os camponeses e os coronéis. A ânsia por regularizar terras, cravar os limites das fazendas e especular fizeram com que a população rural menos favorecida fosse lograda, tendo as terras sob sua posse incorporadas a fazendas limítrofes, onde naquele tempo ou no passado essa mesma população servia como agregada, em relação menos conflituosa (FAORO, 1975).

A primeira impressão quando se pensa em messianismo é a de que se trata de fenômenos de delírio coletivo, causado pelo fanatismo de pessoas ignorantes. De fato, pode-se admitir que há fanatismo nesses casos. Contudo, ao se tratar do messianismo, assim como a todos os temas levados à sério, não se pode cair em reducionismos. Os jornais, quando aconteciam esses movimentos no Brasil, geralmente apontavam para o atraso do povo do campo, para a decadência de um mundo rural que não se adequava aos imperativos da civilização. Era uma visão ideológica, glorificadora do progresso. Na verdade, como apontado por estudiosos, o messianismo constituiu um fenômeno de resistência no campo, sendo os movimentos messiânicos um recurso para reivindicação e apoio mútuo, à disposição da população rural, empobrecida, supersticiosa e analfabeta, que se via à margem dos sistemas político e econômico, privada de participação política e de acesso à terra.

Segundo Max Weber (1967), juntar-se a um movimento messiânico era acreditar na vinda de um enviado divino para consertar todas as injustiças do mundo,

colocando seus adeptos em patamar superior aos demais, por lhe serem crentes e fiéis. De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), o messianismo seria uma forma de milenarismo, pois existe nele uma crença na solução repentina de problemas temporais, formando-se um reino de justiça que extirpará as moléstias seculares. Para a autora, a partir do momento em que, como condição para a nova era, as pessoas passam a seguir mandamentos proferidos pelo anunciador do messias prometido, constitui-se então o movimento messiânico.

8.3.1 Canudos (1896-1897): o caso emblemático

No Nordeste, o messianismo se expressou de duas formas, uma aceita pela institucionalidade e outra combatida pelo poder público. A manifestação aceita foi a da influência coronelística do Padre Cícero, que aqui não será discutida. Já a manifestação combatida foi a dos conselheiristas de Canudos, que constituiu o maior movimento messiânico brasileiro (HERMANN, 2018).

Canudos adquiriu tremenda notoriedade por conta do grandioso trabalho de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Trata-se do maior e mais conhecido movimento messiânico do país. Formou-se a partir das pregações de Antonio Conselheiro, espécie de profeta que rondava o sertão nordestino exortando o povo humilde a viverem conforme sua interpretação dos ensinamentos de Jesus Cristo. Na época da transição da Monarquia para a República, cada vez mais pessoas passaram a segui-lo. Era gente sem ocupação, sem terras, que haviam sido expulsas das fazendas por causa do declínio da economia do açúcar e do algodão, e por conta da libertação dos escravos (RODRIGUES, 2015).

Em 1893, Conselheiro chega ao pequeno arraial de Canudos, na Bahia, povoado que por causa de sua presença, em pouco tempo chega a cerca de 25 mil habitantes, assustando os latifundiários da região. Conselheiro rebatiza o local com o nome de Belo Monte e instaura uma sociedade de cunho igualitarista, de religiosidade derivada do catolicismo popular. Alheio ao controle da Igreja Católica, Conselheiro faz pregações apocalípticas, apontando as mudanças instauradas pela República como sinais do fim do mundo, a exemplo do casamento civil, da secularização dos cemitérios e da separação do Estado da Igreja. Era notório a repulsa ao novo Estado republicano, pois este representava para aquelas pessoas justamente um regime de usurpação do povo humilde pelos oligarcas e coronéis. Porém, a pregação só era

antirrepublicana na medida em que se apegava ao monarquismo de caráter religioso e milenarista — algo muito distante da realidade do Império Brasileiro dos Bragança —, mas foi a deixa para que as autoridades da região fizessem chegar à União a notícia de que restauradores monarquistas formavam perigoso grupo contra o poder da República no sertão baiano (HERMANN, 2018).

O governo republicano enviou quatro expedições para Canudos. A primeira foi um pequeno destacamento policial a mando do governo da Bahia, mas as outras três eram tropas do Exército cada vez mais numerosas, que recuaram duas vezes e, ao fim, apagaram Canudos do mapa nordestino. No conflito, a degola foi prática usada contra os sertanejos, à semelhança dos métodos utilizados na Revolução Federalista. Mesmo sucumbindo diante de forças muito superiores, conforme Euclides da Cunha, "[Canudos] resistiu até o esgotamento completo". Para encerrar sua história, no dia 6 de outubro de 1897, todas as casas do Arraial foram desmanchadas, num ato final das forças da União (RODRIGUES, 2015).

A destruição das casas em Canudos foi muito simbólico, pois a luta dos sertanejos pobres por um lugar no mundo havia conquistado ao menos simples moradias. O emprego, a terra, a moradia, a cidadania: eram esses os direitos negados ao povo. No sul do país, um grupo de aproximadamente 20 mil pessoas também viviam numa situação precária, exposta à exclusão e à miséria: eram os sertanejos do Contestado.

8.3.2 Contestado (1912-1916): a transformação como crise social

Os estados de Santa Catarina e Paraná, litigiosos por causa de uma porção territorial hoje pertencente a Santa Catarina, foram palco de um movimento messiânico que, da mesma forma que Canudos, foi aniquilado pelas forças federais. O período em que aconteceu não foi o da consolidação republicana, mas sim o dos sinais de esgotamento do modelo político oligárquico. Entre 1912 e 1916 a Guerra do Contestado foi o grande acontecimento ocorrido dentro do território nacional, resultando em 6 mil camponeses mortos, seja nos combates armados, seja pela fome.

O conflito no Contestado foi menos estudado do que Canudos, em especial por causa da eternização literária de Canudos promovida por Euclides da Cunha, fato que não ocorreu com a revolta sulista. Entretanto, o estudo do Contestado é de

importância singular, pois trata-se de uma síntese histórica: é o destino belicoso de uma contradição que se observava em várias partes do país.

No começo do século, a região da divisa entre os estados de Santa Catarina e Paraná estava sob domínio coronelístico. Os laços de dependência pessoal, num caráter familiar, garantiam relativa estabilidade, assim como notava-se noutros rincões do país. As relações eram dotadas de “associações morais”, ou seja, de compromissos de natureza pessoal, gerados pelo compartilhamento de valores entre agregados e fazendeiros e manifestados por meio da prestação de favores recíprocos (MONTEIRO, 1974).

A quebra dos laços coronelísticos, até então era rara, mas acontecia quando havia uma traição política. Esse rompimento do compromisso pessoal culminava em retaliações violentas, pois quando o agregado traía o coronel, aquele não tinha mais direito à cordialidade e ao tratamento paternal: era apenas expulso da fazenda, quando tinha a sorte de não sofrer violências físicas por parte dos capangas do proprietário.

Para Douglas Teixeira Monteiro (1974), os laços existentes no coronelismo pressupunham uma lealdade total. Nesta, saía perdendo o agregado, porque em comparação ao grande proprietário, aquele possuía capital político nulo, poucos meios econômicos, reduzidos à sua força braçal, e situação financeira miserável. Mesmo assim, a reciprocidade era norma, já que se tratava de dois lados representados por sujeitos livres, não escravos. Contudo, essa lealdade pretensamente totalizante, simbolizada pelo parentesco espiritual do compadrio, deu sinais de esgotamento quando surgiram interesses econômicos diferentes dos que imperavam até o momento.

O sujeito agregado mantinha a posse, só que em terras alheias. Mas a partir do momento que uma nova dinâmica econômica surgiu, o camponês foi vítima de expropriação total. Dessa vez, os laços de compromisso social foram rompidos por parte dos fazendeiros, que cederam às propostas de se tornarem sócios menores de grandes empreendimentos industriais. Contudo, a classe dos proprietários na região do Contestado sentiria uma ruptura maior do que previam, pois seus atos incentivaram a organização de uma insurreição por parte dos outrora obedientes camponeses (QUEIROZ, 1977).

O chamado Sindicato Farquhar, holding controlada pelo americano Percival Farquhar, dona da Brazil Railway Company, foi encarregado em 1908 da construção

da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul. O empresário já estivera incumbido da construção da conhecida estrada de ferro Madeira-Mamoré, em Rondônia, na região amazônica. No novo empreendimento, o Sindicato obteve do governo a concessão de uma área de aproximadamente 9 quilômetros de cada lado da ferrovia, transformando em intrusos os camponeses da região, antigos agregados de fazendas e posseiros de terras devolutas que se dedicavam à agropecuária de subsistência, comercialização de excedentes, extração de erva-mate e criação de gado. Em 1911 o Sindicato Farquhar, através da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, adquire 180 mil hectares de terra, área devoluta também ocupada por posseiros, que são ignorados pelos governos estaduais, pois as oligarquias controladoras dos estados participam de negociatas relativas à terra. No mesmo ano, os camponeses começaram a ser expulsos das terras (MONTEIRO, 1974).

Não foi só a expulsão dos posseiros a motivação para aglutinações contestadoras, mas sim o desalento dos milhares de trabalhadores urbanos de capitais brasileiras, trasladados para a região a fim de trabalharem na construção da ferrovia, e tão logo a finalizam, são deixados à mingua, sem ajuda para voltarem a suas cidades de origem. Soma-se a essas motivações o fato de que nos novos empreendimentos estabelecidos na região, muitos camponeses que antes viviam como agregados dos coronéis, agora eram assalariados, submetidos a uma relação capitalista dotada de impessoalidade, situação oposta ao apadrinhamento coronelístico a que estavam acostumados. Produz-se aí o que o sociólogo Duglas Teixeira Monteiro (1974) denominou de "desencantamento de mundo", condição prévia do "reencantamento de mundo" promovido pela crença messiânica que passa a dominar a região.

Da mesma forma que Canudos, o movimento do Contestado possuía um líder messiânico além de ser acusado de monarquista. Na verdade, dois profetas orientaram a população. José Maria foi o viveu no tempo do Contestado, mas se dizia continuador de João Maria, figura que beirava a lenda. Ambos eram chamados de monges, um título semelhante aos beatos, líderes messiânicos nordestinos. Ocupavam lugar que cabia ao clero católico, insuficiente em número, mas além de direção espiritual, os monges prescreviam remédios naturais e instruía a gente da região sobre como se portar diante daquela realidade de exclusão (MONTEIRO, 1974).

Os que resistiam no Contestado reivindicavam a posse da terra. Quando as hostilidades contra os camponeses começaram, com homens armados a mando dos coronéis da região, os atacados não almejavam apenas a posse da terra para trabalhar, mas queriam a garantia de uma terra sagrada. Em meio à fome, a região acabou sendo palco de tentativas de implantação de comunidades igualitárias, renunciando o reino celeste presente em suas crenças. Desse modo, o movimento do Contestado foi o primeiro que, mais diretamente em seus reclames, reivindicava o direito de a população possuir terras, em contraposição ao controle quase absoluto dos coronéis (QUEIROZ, 1977).

8.4 REVOLTAS POPULARES URBANAS

Nas cidades surgiram também movimentos de contestação. No meio urbano, as transformações figuravam sobre a forma de instalação de indústrias e aumento do número e da densidade da população, o que geraria, de maneiras mais ou menos racionais, a industrialização e a urbanização. Tendo em vista sua condição de vida, a população urbana também promoveu lutas. Não recorreu ao messianismo: engajou-se em contestações ao poder público — que queria promover o progresso às custas dos mais pobres —, e em mobilizações operárias.

8.4.1 Revolta da Vacina

No início do século XX, o Rio de Janeiro passou por uma série de projetos e reformas urbanísticas que tiveram um impacto significativo na cidade. A prefeitura liderada por Francisco Pereira Passos implementou uma série de mudanças com o objetivo de transformar a fisionomia e a estrutura da cidade, seguindo uma tendência semelhante àquela realizada por Georges-Eugène Haussmann em Paris. Essas reformas incluíram a abertura de novas vias, substituição de calçamentos antigos, regulamentação do transporte de cargas e proibição da tração animal na zona urbana. Além disso, houve uma remodelagem e valorização do solo urbano, impulsionadas pelo capital financeiro internacional e seus intermediários, que lucraram com o financiamento das obras públicas (SCHWARCZ, 2012).

Um dos principais projetos urbanísticos foi a construção da Avenida Central, que se tornou o eixo central das transformações. Essa avenida, com cerca

de 2 km de extensão, foi projetada para substituir as ruas estreitas e congestionadas da Cidade Velha. As demolições para a construção da avenida começaram em 1904, resultando na desapropriação de muitos imóveis e deixando milhares de pessoas desabrigadas. Além da Avenida Central, outras avenidas foram construídas para melhorar a circulação urbana, como a Avenida Beira-Mar e a Avenida Mem de Sá. Essas vias desafogaram o tráfego entre o centro da cidade e os bairros já urbanizados da Zona Sul, além de impulsionar a ocupação da orla marítima.

As reformas urbanas também tiveram como objetivo melhorar as condições de saúde pública. Epidemias de febre amarela e outras doenças haviam assolado a cidade, levando à necessidade de medidas de saneamento. No entanto, as mudanças também tiveram impactos sociais significativos. Muitas pessoas foram deslocadas de suas casas devido às demolições, e parte da população afetada pela remodelação permaneceu no centro da cidade, vivendo em condições precárias ou se estabelecendo em favelas.

As reformas urbanas no Rio de Janeiro foram resultado de uma combinação de forças, incluindo o poder público, o capital financeiro internacional, empresas de construção e serviços públicos. Essas transformações tiveram um impacto duradouro na cidade, moldando sua paisagem e estrutura até os dias atuais.

A Revolta da Vacina ocorreu em 1904, quando a lei da vacina obrigatória foi aprovada. A população reagiu negativamente a essa imposição, resultando em uma semana de protestos e confrontos com a polícia. A revolta foi composta por duas rebeliões interligadas: uma contra a vacinação e outras medidas de embelezamento e saneamento impostas pelo governo, e outra liderada por militares com o objetivo de depor o presidente Rodrigues Alves (BENCHIMOL, 2018).

Lauro Sodré desempenhou um papel importante no movimento contra Rodrigues Alves durante a Revolta da Vacina. Ele era um tenente-coronel e senador que estava envolvido na conspiração para depor o presidente e assumir a presidência. Inicialmente, o golpe militar estava planejado para ocorrer na noite de 17 de outubro de 1904, no aniversário de Lauro Sodré, mas a imprensa descobriu a conspiração e os revoltosos tiveram que adiar seus planos. O governo tomou medidas preventivas de segurança quando as controvérsias em torno da lei da vacina estavam em seu auge. Os primeiros confrontos entre populares e a polícia ocorreram em 10 de novembro de 1904, e os tumultos foram aumentando de intensidade. Lauro Sodré e outros oficiais insubordinados se reuniram no Clube Militar e intimaram o presidente a

demitir o ministro da Justiça. Na madrugada do dia 15 de novembro, eles deflagraram o golpe. Cerca de 300 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, liderados por Lauro Sodré e pelo general Travassos, marcharam em direção ao Palácio do Catete. No entanto, eles se depararam com as tropas fiéis ao governo na rua da Passagem. Houve tiroteios, mortos e feridos, e a revolta militar foi sufocada nesse confronto. No entanto, a revolta popular continuou e os navios de guerra chegaram a apontar canhões para os bairros populares da Saúde e Gamboa (BENCHIMOL, 2018).

Segundo Benchimol (2018), a revolta foi alimentada por uma série de fatores, incluindo a resistência dos grupos populares cariocas à transformação autoritária do Rio de Janeiro em uma capital burguesa e cosmopolita. A população viu as mudanças urbanas como símbolos de um poder opressivo e reagiu com fúria. Além disso, a revolta também foi influenciada pela repressão à cultura negra e pela imposição autoritária de cientistas convencidos da superioridade de seu conhecimento técnico, numa época em que ideias eugenistas e científicas se misturavam a legítimas preocupações com a saúde pública.

De certa forma, a revolta teve consequências negativas para a população carioca. Além da repressão violenta do governo, a cidade enfrentou uma epidemia de varíola em 1908, que resultou em um alto número de mortes. Apesar das reformas urbanas, o Rio de Janeiro continuou a enfrentar desafios de saúde pública, como a febre amarela, que persistiram até a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920-1922.

As transformações urbanas e a Revolta da Vacina refletiram as turbulências políticas e sociais da época. A década de 1890 foi marcada pelo fim da escravidão, a queda da Monarquia e a chegada de imigrantes europeus e ex-escravos às zonas urbanas. O Rio de Janeiro se tornou o epicentro dessas mudanças, com a especulação financeira, a industrialização e o crescimento populacional. No entanto, a cidade também enfrentou problemas de saúde pública, superlotação e epidemias, especialmente nas áreas mais antigas e densamente povoadas (CARVALHO, 1991).

8.4.2 Movimento Operário: Greve de 1917 e Insurreição Anarquista de 1918

René Rémond (1997) aponta que “socialismo” e “movimento de classes” não podem ser tomados por sinônimos, afinal o primeiro trata-se de uma doutrina de política e social, enquanto o segundo diz respeito às tentativas de organização

empreendidas pela classe operária em defesa de seus interesses sociais e profissionais. Contudo, a história mostra que muitas vezes o movimento de classes é motivado e/ou organizado por socialistas, ou pelo menos em prol do socialismo.

Em São Paulo, no começo do século XX, a parcela de maior destaque dentre os que integravam a classe operária eram os imigrantes. Majoritariamente italianos, esses sujeitos trouxeram da Europa concepções políticas de caráter revolucionário, em especial o anarquismo. Chegaram ao Brasil em especial para serem direcionados às fazendas de café, mas uma parte significativa dos imigrantes tomou o rumo das cidades, principalmente São Paulo, aumentando a mão de obra para as indústrias que vinham sendo criadas na região. Essas pessoas, além de conhecerem uma outra visão de mundo e um repertório de soluções baseado em ideologias que há muito tempo eram comuns na Europa, vinham para o Brasil com aspirações de uma vida melhor e possibilidade de prosperarem. Salvo exceções, o que almejavam não foi obtido. Os imigrantes em São Paulo, em sua maioria, viraram assalariados numa época em que não havia garantias trabalhistas (FAUSTO, 1977).

O movimento operário no Brasil ganhou forma na primeira década do século XX. As lideranças operárias, mais ou menos coordenadas nacionalmente, não chegaram a atingir um nível alto de sofisticação na luta reivindicatória, mas suscitaram núcleos de destacada importância, como a Confederação Operária Brasileira, que passou a funcionar em 1908. Os integrantes eram em sua maioria anarquistas, sendo o anarquismo o responsável pelas primeiras mobilizações operárias no Brasil (NÉBIAS, 2009).

O anarquismo não via no Estado modernizador, engajado em reformas, movido por ações de cunho socializante, a solução para os problemas sociais. No modo de ver dos anarquistas, o Estado estava à serviço da classe dominante, sendo por ela instrumentalizado de tal forma que não haveria brechas para o atendimento de quaisquer demandas das classes populares. Portanto, o combate anarquista à dominação do capitalismo não envolvia lutas político-partidárias para alcançar o poder. Em paralelo com o que já acontecia na Europa, havia no Brasil discordâncias entre os anarquistas e o pequeno grupo de comunistas. Estes criticavam o anarquismo principalmente por causa de sua negativa em participar da luta política, reivindicando espaço no plano partidário-eleitoral (FAUSTO, 1977).

As ações promovidas pelos anarquistas giravam em torno dos sindicatos por eles criados. Eram essas entidades os seus meios de luta, numa concepção

anarcossindicalista, em que operários agiam em apoio mútuo. Também foram criados jornais, sociedades e ligas operárias, culminando na já citada COB, fruto do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, acontecido em 1906. Todos os veículos de promoção e representação criados exigiam como reivindicações o direito à livre associação — sendo a liberdade sindical a mais requerida —, à fixação de um salário-mínimo e a limitação da jornada de trabalho ao máximo de 8 horas diárias (FAUSTO, 1977).

Os anarquistas, mesmo não tendo chegado a um patamar elevado na organização dos operários, e mesmo não lutando para ingressar no plano político oficial, tinham algum poder de mobilização. Contudo, esse poder de chamar as massas a uma luta reivindicatória não tinha capacidade emancipatória, porque, proporcionalmente, a classe operária era ínfima quando posta diante da gigantesca massa de trabalhadores rurais, ignorados pelos projetos anarquistas brasileiros da época. Não era uma sociedade industrial, portanto não se configurava numa sociedade de proletários (NÉBIAS, 2009).

Segundo Boris Fausto (1977), na conjuntura de 1917, mesmo com a improbabilidade de ser suprido em suas demandas, o movimento anarquista estimulou as greves operárias, que lutavam contra a carestia, num momento em que os custos de vida sufocavam o povo assalariado. Inicialmente, poucas fábricas foram paralisadas, com trabalhadores reivindicando aumento salarial. Entretanto, naqueles dias um sapateiro anarquista de sobrenome Martinez foi morto em meio à greve. O povo sai em cortejo e o quebra-quebra se torna iminente. A greve se torna geral por causa da mobilização popular, mas contribui para engrossar a greve a paralisação promovida pelo próprio corpo dirigente de algumas empresas, como as que operavam bondes, temendo prejuízos patrimoniais em meio aos tumultos que se alastravam.

O ponto máximo de adesão se dá quando mais de 50 mil trabalhadores estão sem trabalhar, adeptos da greve. O Comitê de Defesa Proletária é criado, unificando as reivindicações populares, feito o aumento salarial, a proibição do trabalho infantil, o trabalho permanente e a jornada de no máximo 8 horas diárias. Com a intermediação de jornalistas da grande imprensa, os empresários propõem aumento salarial de 20%, inferior ao que pediam os grevistas, e se comprometem a não demitir os grevistas. O Comitê consulta os trabalhadores, que aceitam a proposta e voltam a seus postos de trabalho (FAUSTO, 1977).

Observa-se que a Greve Geral de 1917 foi mais uma reação espontânea à carestia e às péssimas condições dos assalariados, do que um movimento bem

articulado politicamente. Movimentos contra a carestia já tinham existido no Brasil, a exemplo do jacobinismo de rua, mas a greve acontecida em São Paulo em 1917 entrou para a história como o principal sinal do descontentamento da classe de trabalhadores urbanos durante a Primeira República (NÉBIAS, 2009).

Diferente do relativo espontaneísmo da Greve Geral de 1917, a Insurreição Anarquista de 1918, acontecida no Rio de Janeiro, teve diferentes características, indicando um planejamento, cuja articulação se colocava inteiramente à serviço da ideologia política anarquista, que movia alguns dos líderes da greve do ano anterior.

A insurreição anarquista de 1918 foi motivada pela Revolução Russa e pelos movimentos sociais europeus que ocorreram no final da Primeira Guerra Mundial. Um pequeno grupo de militantes anarquistas planejou a insurreição, contando com a adesão de líderes dos trabalhadores, principalmente do setor dos operários em fábricas de tecidos. A intenção dos anarquistas era derrubar o governo e estabelecer uma revolução social. A movimentação foi planejada para o dia 18 de novembro, com a concentração dos trabalhadores no Campo de São Cristóvão, seguida de ataques à Intendência da Guerra, Prefeitura, Palácio da Polícia e Câmara dos Deputados. No entanto, a insurreição fracassou devido à repressão policial e à falta de apoio significativo dos trabalhadores. A associação do levante anarquista com as greves dos trabalhadores contribuiu para o fracasso dessas greves, cujos únicos exitosos foram os trabalhadores de pedreiras, que mesmo tendo sido reprimidos duramente pela polícia, não foram associados ao anarquismo e tiveram suas reivindicações atendidas (NÉBIAS, 2009).

9 ASPECTOS ECONÔMICOS

O fim do século XIX foi uma época de intensas mudanças no Brasil. O café passou a ser cada vez mais o produto que ditava o ritmo da economia e os rumos sociais. A fazenda continuava como unidade básica da organização rural, mas agora atrelava-se a um mercado mundial que, ao demandar alta produtividade pelas relações de acumulação da vida comercial, exigia mudanças no modo de produção, requerendo profissionalização das fazendas, alçando o fazendeiro a empresário rural. O crescimento do comércio também exigia readequações nas demais produções para o mercado externo, bem como nas voltadas ao mercado interno. Enquanto a acumulação de renda proveniente do café crescia, recuando momentaneamente,

atividades correlatas prosperavam, principalmente as ligadas ao transporte, aos empreendimentos portuários e ao comércio de importação e exportação.

9.1 ACONTECIMENTOS

Alguns fatos merecem sua parte quando se trata de economia na Primeira República: são as tentativas de organização da economia por parte do governo e das elites. Cabe citá-los brevemente.

9.1.1 O Encilhamento e o Funding Loan de 1898

O acontecimento de maior relevo do governo de Deodoro, dada a magnitude de suas consequências, foi crise do encilhamento, fruto da política governamental homônima.

O encilhamento foi uma febre de negócios e especulação financeira. A expressão pode ter vindo da ideia de dar os últimos retoques nos cavalos de corrida antes das disputas, sendo aplicada à disputa entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro. Rui Barbosa, ao assumir o Ministério da Fazenda, implementou medidas para aumentar a oferta de moeda e facilitar a criação de sociedades anônimas, permitindo que alguns bancos emitissem moeda. Isso gerou a ideia de que a República seria uma espécie de paraíso para os negócios, levando à formação de muitas empresas e especulação nas bolsas de valores. Porém, no início de 1891, ocorreu a crise do encilhamento, com a queda do preço das ações, falência de bancos e empresas, e desvalorização da moeda brasileira (FRANCO; LAGO, 2012).

Rui Barbosa buscava atender às exigências de camadas médias da população, adotando uma política industrializante, ao mesmo tempo em que atualizava a política emissionista do Visconde de Ouro Preto. As emissões eram para suprir a percepção anterior de escassez de moeda, ao passo que visavam suprir também a nova demanda por moeda causada pela ascendente massa salarial da economia pós-escavidão, de trabalho livre (IGLÉSIAS, 1994).

A movimentação na bolsa durante o encilhamento adquiriu características de uma bolha especulativa, levando a um aumento descontrolado do crédito e das emissões de papel-moeda inconvertível. Com a crise e a posterior subida ao poder de Floriano Peixoto, o Ministro da Fazenda Rodrigues Alves propôs medidas para

evitar o colapso do sistema bancário, incluindo a fusão de bancos na criação em 1892 do Banco da República do Brasil, o BRB (ARIAS NETO, 2018).

No entanto, a crise cambial de 1891 foi o ponto de virada para o fim do encilhamento. A situação política instável e a especulação sem controles, somada às restrições financeiras internacionais causadas pela Crise Baring, surgidas na Inglaterra e na Argentina, contribuíram para a derrocada do encilhamento. A entrada de capitais estrangeiros no Brasil diminuiu drasticamente, levando a uma crise cambial e à perda de confiança no sistema bancário (FRANCO; LAGO, 2012).

O governo teve que intervir para evitar o colapso dos bancos, e o Banco da República do Brasil foi criado para resolver a crise bancária. A fusão entre o Banco Nacional e o Banco do Brasil resultou na formação do BRB, que absorveu o privilégio de emitir do Banco do Brasil e do Banco Emissor do Sul. No entanto, as emissões de papel-moeda inconversível durante o encilhamento deixaram um legado problemático para a República, com a oferta total de moeda atingindo proporções alarmantes (ARIAS NETO, 2018).

Apesar dos resultados positivos em termos de formação de empresas, crescimento e acumulação de capital, principalmente em São Paulo, o encilhamento foi marcado por ambiguidades e contradições. Muitos enriqueceram sem que se envolvessem na esfera produtiva, no episódio que entrou para a história como uma jogatina inconsequente que manchou a reputação de Rui Barbosa.

Campos Sales, para superar a crise econômica da República, implementou rigorosas medidas fiscais, conhecidas como ortodoxia fiscal. Enfrentando os custos das desvalorizações, os altos gastos da campanha de Canudos e a queda no preço do café devido ao excesso de produção, Sales firmou o Funding Loan em 1898 com o apoio do ministro da Fazenda, Joaquim Murinho. O acordo com a casa Rothschild garantiu um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, com pagamentos de juros suspensos por três anos e a dívida principal por 13 anos. Como contrapartida, o Brasil adotou um severo ajuste fiscal e monetário, incluindo a destruição de moeda local e a garantia das receitas da alfândega do Rio de Janeiro (FRANCO, 1989).

Os resultados foram um saneamento fiscal devido ao aumento de impostos, redução drástica da emissão de moeda e valorização do câmbio. No entanto, a contração da economia gerou críticas a Murinho, embora ele mantivesse sua política rígida com apoio de Sales. A valorização do câmbio, beneficiada pela suspensão temporária dos pagamentos da dívida e pelo aumento das exportações de borracha,

contrariou os interesses dos cafeicultores paulistas. Apesar da indicação de Rodrigues Alves à presidência, os cafeicultores temiam a continuação das políticas metalistas, o que pressionava a busca por um compromisso.

9.1.2 Convênio de Taubaté

Antecipando o tema do próximo tópico, cabe dizer que o acontecimento mais emblemático da prevalência do café na Primeira República foi o Convênio de Taubaté. Em 1901, o Brasil produziu 16 milhões de sacas de café, sendo o consumo mundial de pouco mais de 15 milhões de sacas; já na safra de 1906 o Brasil produziu 4 milhões de sacas a mais do que o consumo mundial. Com a oferta elevada, o preço baixou muito, situação agravada pela valorização da moeda nacional empreendida pelo governo. Nesse contexto, reuniram-se em Taubaté os representantes dos três principais estados cafeicultores, SP, RJ e MG, a fim de articular a reivindicação ao governo, dentre outros pontos, de uma política de valorização do preço do café e de uma política de desvalorização da moeda nacional. Rodrigues Alves, o então presidente da república, não aceitou, mas o sucessor Afonso Pena empreendeu a primeira política de valorização a nível federal, financiado por um empréstimo bancado pelo governo no valor de 15 milhões de libras (FRITSCH, 1989).

Após outras intervenções provisórias no mercado cafeeiro, houve a constituição de uma defesa permanente através do Instituto de Defesa Permanente do Café, mantido pelos estados interessados, por causa da instabilidade política nacional que não mais tolerava políticas em claro benefício ao setor cafeeiro.

9.2 LAVOURA NO PODER: O PROTAGONISMO DO CAFÉ

Se no mundo político da Primeira República se sobressaíam as oligarquias e os coronéis, numa articulação que garantia o poder da União, no campo econômico reinava incontestemente o café. Aliás, era da exploração desse produto que provinha o poder econômico dos principais agentes dos acontecimentos do período. A cafeicultura, desse modo, era inseparável da realidade sociopolítica, acabando por ser fundamental na construção do país e grande definidora da inserção do Brasil no mundo.

Segundo José Roberto do Amaral Lapa (1983), o processo de acumulação propiciado pelas economias da mineração, de 1695 a 1763, e do açúcar, de 1765 a 1851, permitiu o financiamento do novo cultivo predominante a partir de meados do século XIX: o café. Celso Furtado (1987) destaca o deslocamento do eixo econômico do norte para o sudeste, processo de aproveitamento dos recursos preexistentes no qual, segundo Lapa (1983) as instalações, os transportes, os canais de comercialização e a mão de obra escrava ociosa ou semi-ociosa foram utilizadas na estruturação da nova produção.

Nesses portos, as bolsas de café, as grandes firmas exportadoras, os serviços de armazenamento e estiva, classificação, prova, etc., (...) formam um completo que permite altos índices de comercialização. Com as ferrovias ligando diretamente as áreas produtoras aos grandes portos, os pequenos portos entraram em decadência (LAPA, 1983, p. 22).

O avanço da produção de café transformou bastante a estrutura socioeconômica e a organização político administrativa do Império Brasileiro, pois sua importância relativa para a economia foi crescendo e para além do Vale do Paraíba pioneiro, o café representava o aumento nas trocas internacionais. Contudo, geograficamente, com o café o Sudeste captura a economia brasileira, num processo de concentração que depois impactaria a industrialização, que também será concentrada no Sudeste (FURTADO, 1987).

Tradicionalmente os intérpretes da história brasileira enxergam o Estado brasileiro da Primeira República como aparato institucional à serviço dos interesses econômicos dos grupos dominantes, consensualmente a elite agroexportadora sustentada pela economia cafeeira. Joseph Love (1982), por exemplo, acaba simplificando o período, apontando-o como dominado pela elite paulista, seja na forma de presidentes paulistas, seja pela influência decisiva sobre as políticas cambial, monetária e de valorização do café.

Corroborando com Love o economista Celso Furtado (1987), reconhecendo na política da Primeira República a relação de subordinação político-econômica aos interesses das classes ligadas ao café. Para o autor, apesar da concorrência com grupos de pressão diversos, como os importadores, os industriais e as classes médias urbanas, os cafeicultores obtiveram êxito em dois momentos: no primeiro, conseguindo dos governos estaduais dos estados cafeeiros a sustentação de uma política de valorizações; no segundo momento, transpondo para a esfera federal a

sustentação dessa política, perpetuando-a até 1930, quando nova dinâmica se instalou no Brasil. A estrutura política permitia a socialização das perdas da cafeicultura, enquanto os ganhos certamente mantinham-se privados, apesar da contribuição estatística da cafeicultura para a economia nacional.

Já para Peláez (1971) e Villela e Suzigan (1975) a política do período seria melhor explicada levando em conta os ideários em voga, ou seja, o liberalismo, a ortodoxia econômica. Os controles do governo sobre a política fiscal, monetária e cambial não seriam reflexo da dominação dos cafeicultores, mas sim expressões da visão dominante dos homens públicos da época, sobretudo dos que comandaram o ministério da Fazenda, como Leopoldo de Bulhões, pessoa de visão reconhecidamente ortodoxa. Evidências para isso, segundo os autores, são as iniciativas governamentais deflacionárias de Bernardino de Campos (ministro de 1896 a 1898), buscando uma organização fiscal pela via da contração, em detrimento da economia num contexto geral, sendo que a economia cafeeira enfrentava uma crise durante sua gestão.

Fritsch (1989), apesar de reconhecer a posição relativa de predominância dos cafeicultores, sintetiza sua visão da seguinte forma:

Deve ser lembrado antes de mais nada que o governo federal efetivamente negou apoio a valorização em situações críticas como em 1906 e 1929; não promoveu a constituição efetiva de uma instituição federal permanentemente dedicada a valorização do café, como demandado por São Paulo na primeira metade dos anos vinte, tendo finalmente retornado sua responsabilidade informal pela defesa de preços ao governo paulista em fins de 1924, e somente interveio esporadicamente em 1908, 1917, 1921 e, através do Banco do Brasil, em 1923-24 (FRITSCH, 1989, p. 342).

O autor reconhece as intervenções em favor do setor cafeeiro na medida em que o café representava preponderante participação na economia nacional, sendo seu desempenho determinante do desempenho geral da economia do país, além de significarem muito no quesito equilíbrio externo. Os expedientes de estabilização de preços seriam, portanto, expedientes necessários para a própria manutenção da estabilidade econômica, enquanto políticas anticíclicas de curto prazo.

9.3 INDUSTRIALIZAÇÃO

Discute-se se o Brasil realmente passou por um processo de industrialização antes da Era Vargas, mas sabe-se que o país passou, no mínimo, por um surto industrial durante a Primeira República. Registrou-se, aliás, inúmeras iniciativas industriais, com avanços relativos, como os causados pelo protecionismo gerado pelas Tarifas Alves Branco de 1844, durante o regime imperial, sem contudo criar uma dinâmica de industrialização generalizada (IGLÉSIAS, 1994).

A história da indústria na Primeira República começa pelo surto impulsionado pela Política do Encilhamento, no contexto da recente abolição da escravidão. Naquele momento histórico, inúmeros empreendimentos fabris surgiram, mas os que eram reais, sem serem instrumentos de especulação, resumiram-se a pequenas fábricas de manufaturados, não propriamente indústrias. Contudo, algumas fábricas depois desenvolveram-se e viraram grandes indústrias, e esse primeiro surto causou um efeito sociopsicológico interessante: o gosto pelos negócios, por tirar do papel as ideias de empreendimentos. Isso causou um abalo em velhos preconceitos e fez surgir uma nova mentalidade, que amadureceria nas décadas seguintes e encontraria eco nas tentativas de institucionalizar políticas industriais por parte de figuras importantes como Roberto Simonsen, e de associações industriais (IGLÉSIAS, 1994).

Num recorte histórico da primeira década do século XX, vê-se grande concentração de fábricas no Sudeste.

O quadro geral é traçado no Censo de 1907, iniciativa do Centro Industrial do Brasil: revela 3.258 estabelecimentos industriais, com 151.841 operários; (...) cerca de 33% na Capital Federal, 16% em São Paulo, 15% no Rio Grande do Sul, 7% no Rio de Janeiro. A indústria de alimentos é a primeira, logo seguida pela têxtil. De acordo com o inquérito, a iniciativa nacional supria 78% das necessidades, cabendo 22% à importação (IGLÉSIAS, 1994, p. 65).

A indústria nacional, em geral, produzia itens de baixo valor agregado, focando no atendimento às demandas do mercado interno. Entretanto, questiona-se o quão nacional realmente era a indústria brasileira. Muitos itens vinham do exterior, carecendo apenas da montagem no Brasil, fato que alimentava, na época, as críticas à proteção às indústrias, tidas como parasitas, ineficientes e incapazes de lucro (IGLÉSIAS, 1994).

Superando as rixas políticas criadas a partir da aprovação ou desaprovação de incentivos à industrialização brasileira, surge um debate mais sofisticado, dessa vez de estudiosos comprometidos em encontrarem acertadamente a origem da

industrialização no Brasil. Forma-se duas grandes teorias: a Teoria dos Choques Adversos e a Teoria da Industrialização Induzida pelas Exportações.

Para a Teoria dos Choques Adversos, a industrialização brasileira surgiu a partir de conjunturas específicas, como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Repressão decorrente da Crise de 1929. Em tais conjunturas, as exportações de café diminuam ao ponto de, diminuídas as receitas, limitarem a importação de bens de consumo e de capital do exterior, pela inviabilidade financeira. Sendo assim, criava-se um processo de substituição de importações, no qual as indústrias instaladas no Brasil precisavam suprir a demanda interna. A economia se voltava para dentro; havia impulso para a industrialização, com a instalação de novas unidades (TAVARES, 1973).

No tocante à Primeira República, segundo a corrente da Teoria dos Choques Adversos, o grande choque adverso, que representa a grande virada para a industrialização brasileira, se dá após 1930 com a Grande Depressão, mas durante a Primeira Guerra Mundial também se efetua uma diversificação das atividades industriais tendo em vista o atendimento da demanda do mercado interno. O mercado externo diminui relativamente seu efeito dinamizador, enquanto o investimento industrial encontra-se em ascensão. Contudo, com o fim da Primeira Guerra e as políticas de valorização do café, o protagonismo do setor agrário-exportador continua.

Advogando pela Teoria da Industrialização Induzida pelas Exportações, Villela e Suzigan (1973) apontaram que, no contexto da Primeira Guerra Mundial, alguns produtos industriais ou semi-industriais se destacaram com o aumento da demanda externa, em vez do aumento da demanda interna, como recorrentemente se apregoa pela Teoria dos Choques Adversos. Ademais, para os autores a acumulação do setor cafeeiro no período até 1912 teria permitido um surto industrial de maior proporção caso não houvesse a Primeira Guerra Mundial, tendo em vista que durante a guerra a importação de maquinário para a produção brasileira se reduziu, enquanto no período anterior vinha ascendendo, permitindo dinamizar a produção.

Há ainda interpretações híbridas, como a de Albert Fishlow (1972).

(...) o choque exógeno causado pela guerra permitiu que o excesso de capacidade anterior fosse utilizado, e levou o processo de industrialização um passo adiante, até o ponto de substituição de importações que até então continuavam a competir (FISHLOW, 1972, p. 20; apud SAES, 1989, pp. 26-27).

Fishlow (1972) defende a ideia de que no período de 1905 a 1913 houve um florescimento industrial fruto da dinâmica cafeeira, comprovado pelas estatísticas que mostram o aumento dos empreendimentos no setor têxtil. Para o autor, no período da Primeira Guerra Mundial surgiram condições propícias para a indústria pelo reflexo do choque adverso.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os líderes políticos da Primeira República foram influenciados pelos ideais republicanos e liberais. O esforço da elite foi além de adaptá-los para a realidade nacional: criou-se um sistema deformado, de um federalismo contraditoriamente centralizador. Nos países em que o liberalismo se fez influente no século XIX e XX, de acordo com René Rémond (1997), as elites o usaram para sustentar barreiras contra o absolutismo, num primeiro momento, e contra a democracia e o socialismo, num segundo momento. Alcançou-se no Brasil um efeito parecido, compondo, com um arranjo político peculiar, baseado principalmente nas relações estabelecidas na Política dos Governadores, uma barreira contra o monarquismo remanescente e, por outro lado, contra a plena realização democrática.

Os movimentos de contestação à ordem vigente na Primeira República foram multifacetados, mas todos abalaram a estabilidade política. Num primeiro momento os movimentos carregaram uma crítica ao sistema republicano e alguma influência monarquista, porém representaram, principalmente, de um lado o descontentamento regional, feito a Revolução Federalista, e de outro lado uma espécie de autoafirmação desesperada das classes populares, feito as várias manifestações messiânicas. Já num segundo momento, os movimentos representaram anseios consubstanciados numa maior clareza ideológica, feito nos casos das revoltas operárias urbanas, com influência anarquista e comunista, e no caso do tenentismo, que almejava a ampliação da cidadania e a modernização das estruturas políticas.

Por fim, é possível concluir que a Primeira República não pode ser resumida como “café com leite”, pois a suposta hegemonia de São Paulo e Minas Gerais era costumeiramente disputada com outros estados, com destaque especial para o Rio Grande do Sul. Entretanto, este estudo permitiu observar que o período poderia ser sim chamado de república oligárquica, pois não se pode negar o fato de

ter existido um domínio oligárquico generalizado, hegemonia apenas atenuada na medida dos conflitos entre as vertentes oligárquicas regionais e considerando os movimentos ou fenômenos que a afrontaram.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge (Org.) O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ALONSO, Angela. Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Márcio Tavares do; MELO FRANCO, Afonso Arinos. A Vida dos Grandes Brasileiros - Rodrigues Alves, Editora Três, 1974.

ASSIS, José Eugênio de Paula. Prudente de Moraes - Sua vida e sua obra. Editora e Gráfica Sangirard. São Paulo, 1976.

BARROS, Roque Spencer de. "A Questão Religiosa". In: Holanda, Sérgio Buarque de. (org). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1974.

BASILE, Marcello Otávio N.de C. O Império Brasileiro: Panorama Político In: LINHARES, Maria Yedda. (Org) Historia Geral do Brasil, Rio de Janeiro: Editora Campus, 7^a ed., 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge (Org.) O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: Quatro ensaios sobre a liberdade, Brasília, Ed. UnB, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente — Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.). O Brasil republicano: história geral da civilização brasileira. v. 8. São Paulo: Difel, 1975.

CARONE, Edgard. A república velha: II evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1971.

_____. O Tenentismo. São Paulo, DIFEL, 1975.

_____. Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938). 4a ed., São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo. Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. As Forças Armadas na Primeira República: O Poder desestabilizador. IN: Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Liberalismo e oligarquias na República Velha: O Paiz e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910). São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976.

DRUMMOND, José Augusto. O Movimento Tenentista: a intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro, Graal, 1986.

DUTRA, Eliana de Freitas Dutra. Rebeldes literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora Humanitas, 2005.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Brasileiro. Porto Alegre: Globo São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

_____. Existe um pensamento político brasileiro? Estudos Avançados, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-58, 1987.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EdUSP, 1995.

_____. Trabalho urbano e conflito social (1890–1920). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.

_____. O Pensamento Nacionalista Autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.27, Nov. 2006.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. A evolução do sistema eleitoral brasileiro. 2 ed., rev. e atual. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2005.

FIGUEIRA, Luiz Felipe Gomes. Os bacharéis da Primeira República, a República dos bacharéis. Revista Pontes, Paranaíba, v. 1, p. 1-17, 2018.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos. 2(6): 7-75, São Paulo, 1972.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. O Processo Econômico/ A Economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lília Moritz, História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 3 - A Abertura para o Mundo, 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FRANCO, Gustavo H. B.; A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FRIEDEN, Jeffry A. Capitalismo global: História econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge (Org.) O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FRITSCH, Winston. Sobre as interpretações tradicionais da lógica da política econômica na Primeira República. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 15, n. 2, 1985.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Editora Nacional, São Paulo, 1987.

HERMANN, Jaqueline. Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge (Org.) O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In HOLANDA, Sérgio B. (dir.). O Brasil monárquico, v. 5: Do império à república. São Paulo. Difel. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, t. II.), 1985.

IGLÉSIAS, Francisco. A industrialização brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LAPA, José Roberto do Amaral. A Economia Cafeeira. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LAUREANO, Roger Gustavo Manenti. O neorrepublicanismo de Skinner e Pettit: Liberdade como não-dominação e a crítica liberal. Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2014.

LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMO, Renato. Floriano Peixoto. In: ABREU, A. A. (Org.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2015.

LESSA, Renato. 1999. A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira 2a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LOVE, Joseph. A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) História do Brasil nação (A abertura para o mundo 1889-1930, v.3). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1974.

NASCIMENTO, C. S. A “Questão Militar”: indisciplina e crise política em meio à crise hegemônica imperial (1868-1889). Militares e Política. Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política / Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n° 4 (jan.-jun.), p. 7-22. Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2009.

NÉBIAS, Wellington Barbosa. A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores. Rio de Janeiro: PPG em História da UFRJ, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge (Org.) O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 12-43, 2018.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: NORA, Pierre e outros. A nova história Lisboa: Edições 70, p. 45-56, 1984.

OURO PRETO, Visconde de, Advento da ditadura militar no Brasil, Imprimiere F. Pichon, Paris, 1891.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1990.

PELÁEZ, Carlos Manoel. As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

PETTIT, Phillip. Republicanism: a theory of freedom and government Oxford, Oxford University Press. 1997.

_____. Republican Freedom and contestatory democracy. In: SHAPIRO, I. e HACKERCORDON, C. (eds.). Democracy's value. Cambridge: Cambridge University Press: 163-190. 1999.

POLANYI, Karl. A Grande transformação Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUARESMA, M. S. O salvacionismo na Bahia: o político e a política de J. J. Seabra (1912-1916). Dissertação de Mestrado em História. Campinas: IFCH-Unicamp. 1999.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. ed. Coleção Ensaios, n. 23. São Paulo: Ática, 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Messianismo no Brasil e no Mundo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

RÉMOND, René. O Século XIX. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. O Século XX. São Paulo: Cultrix, 1976.

RESENDE, Maria Efigênia L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge (Org.) O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Guerra de Canudos. In: ABREU, A. A. (Org.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2015.

SAES, Flávio A. M. A controvérsia sobre a industrialização na primeira república. Estudos avançados USP, v.3, n. 7. São Paulo. 1989.

SAES, Guilherme Azevedo Marques – A República e a Espada: A Primeira Década Republicana e o Florianismo – Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo. 2005.

SALDANHA, Nelson Nogueira. História das idéias políticas no Brasil. Recife: UFPE, 1963.

SANTA ROSA, Virgílio. O sentido do Tenentismo. 3º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz, História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 3 - A Abertura para o Mundo, 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SERRANO, F. & MEDEIROS, C.A. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J.L (Org.) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, p. 119-151, 1999.

SILVA, Beatriz Coelho. Jacobinismo. In: ABREU, A. A. (Org.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2015.

SILVA, Hélio. *Nasce a República: 1888-1894*. São Paulo: Três, 1975.

_____, *Campos Sales - 4º presidente do Brasil*, Editora Três, São Paulo, 1983.

SILVA, Ricardo. Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 74, p. 151–194, 2008.

SILVA, Ricardo; LAUREANO, Roger. Tradição e interpretação: taxonomias do republicanismo. *Política & Sociedade*, v. 20, n. 47, p. 10-31, 2021.

SKINNER, Quentin. *Liberdade Antes do Liberalismo* São Paulo, Ed. Unesp. 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck *Síntese da História da Cultura Brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento*. Editora Brasiliense, São Paulo. 1986.

TAVARES, M.C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1973.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000.

VERISSIMO, José. *O modernismo In História da literatura brasileira*. 5º ed., José Olympio, Rio de Janeiro, 1969.

VILLELA, Aníbal; SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA/Inpes, 1973.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Afonso Pena. In: ABREU, A. A. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2015.

_____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Tamás Szmerecsáni. São Paulo: Pioneira, 1967.

APÊNDICES

APÊNDICE A – BIOGRAFIA DE PRUDENTE DE MORAIS

Prudente de Moraes era paulista de Itu. Seu pai faleceu quando ele era pequeno, por isso, morou com a mãe e o padrasto, que era major. Estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, tomou conhecimento das ideias liberais, abolicionistas e republicanas, preconizadas pela Bucha, que marcariam sua carreira política. Feito bacharel, mudou-se para Piracicaba, onde foi eleito vereador pelo Partido Liberal. Em 1867 virou deputado da Assembleia Provincial. Foi um dos participantes da Convenção de Itu, de 1872. Segue-se sua transição para o Partido Radical, dissidente do Liberal, e sua promoção, em 1873, a um dos chefes do Partido Republicano Paulista. Cada vez mais engajado na causa republicana, tornou-se governador de São Paulo meses depois de proclamada a República, nomeado por Deodoro. Elegeu-se presidente da Assembleia Nacional Constituinte, de onde viu nascer a Constituição Republicana de 1891. Também foi um senador prestigiado, atingindo a posição de presidente da república na eleição de 1894, com larga vantagem sobre o mineiro Afonso Pena. Desse modo, assume como primeiro presidente civil em momento importantíssimo da história nacional, após os anos críticos da República da Espada (ASSIS, 1976).

APÊNDICE B – BIOGRAFIA DE CAMPOS SALES

Campos Sales nasceu em Campinas, em 1841. Teve trajetória semelhante à de Prudente de Moraes, pois também formou pela Faculdade de Direito de São Paulo e ingressou na política como vereador, galgando posições até atingir o posto máximo de presidente da república. Também foi filiado ao Partido Liberal e depois correu para a dissidência radical, aproximando-se do republicanismo. Contudo, diferencia-se de Prudente por ter se engajado em trabalhos jornalísticos, nos quais conquistou prestígio. Sales chegou a assinar, nos primeiros anos republicanos, muitos artigos com o pseudônimo "Hamilton", em referência direta a um dos chamados "Founding Fathers" – pais fundadores – dos Estados Unidos da América. Já como Ministro da Justiça do governo Deodoro, Sales defendia na imprensa sua posição polêmica: o governo provisório, de chefia militar e ditatorial, deveria outorgar uma constituição, restabelecendo por ele mesmo a legalidade. Entretanto, sua posição foi vencida pelos partidários da formação de uma constituinte, cujo início se deu em 15 de novembro de 1890, na passagem do primeiro aniversário da Proclamação. Elegeu-se presidente, sem percalços, em 1898, após ter se destacado no Senado e como governador de São Paulo. Seu governo seria o responsável pela engenharia que sustentou politicamente a república nos anos seguintes (SILVA, 1983).

APÊNDICE C – BIOGRAFIA DE RODRIGUES ALVES

Rodrigues Alves nasceu em Guaratinguetá, interior paulista, em 1848, numa família de fazendeiros e comerciantes. Foi mandado aos 11 anos para estudar no internato do prestigiado Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, de onde saiu em 1866 para entrar na Faculdade de Direito de São Paulo, onde acabou por destacar-se academicamente e aproximar-se da imprensa do Partido Conservador, apesar do grande número de liberais, abolicionistas e republicanos dentre os estudantes, em especial os membros da Bucha. Após sua formatura, ingressou na carreira jurídica, na qual fez nome como promotor e juiz. Nesse ínterim, iniciou também sua carreira política, em 1872, elegendo-se deputado provincial do estado de São Paulo. Defendeu o ensino obrigatório e foi reticente em relação ao abolicionismo, porque era contra a emancipação abrupta, que em sua opinião prejudicaria a lavoura. Em breve período sem mandato, além da magistratura, abriu fazendas de café no oeste paulista, com seu irmão Virgílio. Em 1887 foi nomeado presidente da Província de São Paulo, mas volta à Câmara de Deputados no ano seguinte. Ainda que fosse partidário da emancipação gradual, com o avanço da legislação precursora da abolição, vota a favor da Lei Áurea, ação que lhe rende da Princesa Isabel o título de conselheiro do Império. Com a instauração da república, adere a ela com discrição, participando da constituinte. Logo depois, vira um dos dirigentes do PRP, sendo Ministro da Fazenda em dois períodos: durante parte dos governos de Floriano e de Prudente de Moraes. É eleito presidente da república em 1902, derrotando Quintino Bocaiúva, um republicano histórico (AMARAL; MELO FRANCO, 1974).

APÊNDICE D – BIOGRAFIA DE AFONSO PENA

Afonso Pena nasceu em Santa Bárbara, no interior mineiro, em 1847, como filho de uma tradicional família do ramo agrominerador. Logo cedo destacou-se nas humanidades, como aluno de um colégio fundado por padres lazaristas. Assim, logrou êxito enquanto estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, instituição na qual se tornou bacharel e posteriormente doutor. Apesar de integrante da Bucha, só acolhe de suas ideias o abolicionismo, embora mais tarde se mostrasse partidário da emancipação gradual, à semelhança da maioria conservadora da época, ainda que filiado ao Partido Liberal. Foi deputado provincial, deputado geral e, como ministro, ocupou várias pastas em diferentes gabinetes do Império. No regime republicano, participa da constituinte mineira e é nomeado governador de Minas Gerais em 1892, permanecendo no posto até 1894. No ano seguinte, vira presidente do Banco da República, atual Banco do Brasil, onde fica por três anos. Nomeado vice-presidente por Rodrigues Alves, alça-se a nome predileto para a disputa presidencial de 1906, por ele vencida tranquilamente (VISCARDI, 2015).